





## **Introdução**

Ao longo dos últimos anos temos assistido a uma procura crescente do conhecimento ou reconhecimento relativo aos problemas de aprendizagem. É certo, que um grande número de docentes tem vindo a especializar-se na área do ensino especial, mas não deixa de ser menos verdade que o número de crianças e jovens a quem têm sido diagnosticados em contexto escolar problemas de dislexia é cada vez maior. Tudo isto parece-nos ser importante, mas manifestamente pouco face às necessidades do nosso sistema educativo.

Esta é uma concepção percebida a partir do contacto diário com uma realidade escolar concreta. E é precisamente por isso que gostaríamos de perceber melhor como a comunidade educativa entende e investe nos seus alunos com dificuldades de aprendizagem, mais concretamente nos alunos com dislexia.

A ideia de reflectir sobre esta temática surge de um contacto estabelecido entre uma encarregada de educação com o director de turma sobre uma possível situação de dislexia do educando. Podemos definir este encontro como sendo o ponto partida, mas existem outros factores associados que podem também ser interessantes de perceber e que mais adiante referiremos. Ainda sobre o contacto estabelecido a encarregada de educação, percebemos a sua preocupação com a sinalização, por técnico especializado, da dislexia do filho, sobretudo porque temia que este problema pudesse implicar um apoio individualizado, e isso não seria de todo agradável para mãe e filho. O apoio seria recusado pelo Encarregado de Educação se implicasse alguma diferença relativamente aos colegas de turma, apesar de consciente de que esta decisão prejudicaria a evolução da aprendizagem do filho. Os contornos desta recusa, poderão, eventualmente, ajudar a explicar a postura da comunidade educativa face aos problemas específicos de aprendizagem. É com base nesta atitude que nos

questionamos sobre o conhecimento que a comunidade docente tem das crianças disléxicas e como é capaz ou não de lhes dar resposta. Por isso quisemos saber: **Em que medida o desconhecimento por parte dos professores das escolas 3/S de Santo Tirso relativamente à dislexia condiciona a intervenção junto dos alunos com dislexia.**

Não conhecemos as respostas para esta questão e eventualmente poderemos não avançar muito ao nível dos resultados, mas o que sabemos desde já é que numa situação de dificuldade de aprendizagem os pais são quase sempre os primeiros a reagir negativamente. Como refere Luís Miranda Correia, os pais “atravessam um período de luto” (Correia, 2003) que urge resolver. A escola no seu todo parece ainda desconhecer todo o âmbito do Ensino Especial. A dislexia continua, por seu turno, a ser vista como um problema de aprendizagem que se caracteriza pela troca de letras, numa perspectiva muito redutora. Apesar da divulgação do tema na comunidade educativa e da publicação de inúmeras obras sobre a temática, muitas delas no intuito de desmitificar a dislexia, continuamos a perceber a existência de um enorme desconhecimento sobre a matéria, mais ainda em escolas secundárias.

Em concreto, propomo-nos perceber se este desconhecimento por parte dos docentes significa perturbação nas aprendizagens dos alunos com dislexia e se porventura existem intervenções menos adequadas, ou, mais preocupante ainda, se a escola deixa de intervir junto de crianças por desconhecimento ou objecção dos intervenientes no processo.

Não queremos ser demasiados ambiciosos na proposta de soluções para um melhor conhecimento da dislexia. Pretendemos tão somente ser mais um contributo para que a comunidade educativa olhe para a dislexia simplesmente naquilo que ela é, uma dificuldade de aprendizagem específica. Pretendemos em segundo lugar ajudar a retirar toda a negatividade que eventualmente esteja associada ao conceito de dislexia. Por outras palavras, que os preconceitos relativos à dislexia sejam identificados e eliminados das nossas escolas e em último lugar, mas talvez

a mais importante, alertar para a necessidade de formação na área da dislexia por parte dos docentes de Língua Portuguesa da Escola Secundária de D. Dinis em Santo Tirso.

# I – Enquadramento Teórico

## 1. A Dislexia

A dislexia é uma problemática de ordem fonológica e caracteriza-se por uma recorrente dificuldade de identificação, articulação e ao uso dos diferentes sons da língua. A dislexia insere-se no grupo das Dificuldades de Aprendizagem Específica (DAE)<sup>1</sup> e presentemente este conjunto específico está considerado como parte integrante das necessidades educativas especiais (NEE). Importa ainda referir, antes de tentarmos especificar um pouco mais o caso da dislexia, que o crescente interesse pelas DAE é transversal a um conjunto cada vez mais alargado de profissionais como refere Miranda Correia, “ *a história das dificuldades de aprendizagem revela um interesse crescente e uma tomada de atenção permanente por parte de uma variedade de profissionais – educadores, psicólogos, médicos, terapeutas, nutricionistas, pais e tantos outros*” (Correia, Dificuldades de Aprendizagem específicas, 2008). Aqui o autor refere-se às normais ou regulares dificuldades de aprendizagem mas que de certa forma significa uma maior atenção às causas das dificuldades apresentadas pelos alunos nos diferentes níveis de escolaridade formal. A definição de DAE foram sofrendo várias alterações e desde o “*período inicial nos anos 60 com as definições de (Samuel) Kirk em 1962 e (Barbara) Bateman em 1965*” (Correia, Dificuldade de Aprendizagem específica, 2008) até aos nossos dias. Mas todas elas apontam para o problema educacional destas crianças com DAE e a conexão com problemas do sistema nervoso bem como a discrepância e a exclusão face aos padrões comumente considerados normais. As DAE são variadas e ao longo dos anos foram as definições cuidadosamente alteradas de forma a harmonizar os conceitos para que se

---

<sup>1</sup> O termo, Dificuldade de Aprendizagem Específica, resulta do Inglês *Specific learning disabilities*, e é utilizado por Luís de Miranda Correia numa publicação conjunta da Porto editora e da Direcção Regional de Educação Especial e reabilitação da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Região Autónoma da Madeira.

possa falar de um conceito regulador e não de conceitos de Dificuldade de Aprendizagens Específicas. Do conjunto das DAE referimos de seguida as que se apresentam mais frequentes e que sumariamente as caracterizamos: A dislexia que se manifesta por dificuldades graves na leitura, no processamento da linguagem e que se reflecte na leitura e na escrita. A Disgrafia, que se caracteriza sobretudo na dificuldade de escrita que poderão resultar de dificuldades grafomotoras (motricidade fina) da escrita. Discalculia é por sua vez a dificuldade na realização de operações matemáticas.

Gostaríamos agora de aprofundar um pouco mais a temática da dislexia tendo em conta o muito que tantos profissionais da educação, da área da psicologia, da medicina e de tantas outras têm contribuído para o seu conhecimento. O termo dislexia poderá ser considerado por exclusão de uma série de critérios e assim seriam apenas consideradas crianças disléxicas as crianças que apresentem problemas de leitura “*sem apresentarem outras causas possíveis que possam contribuir para esse défice: baixo QI, défices sensoriais, escolaridade pobre, baixo ambiente sociocultural, problemas emocionais*” (Vários, 1997, p. 121).

Apontamos desde já para o estudo por nós realizado na Escola Secundária de D. Dinis em Santo Tirso, e que na segunda parte nos debruçaremos em particular, para verificar que é comum junto da comunidade educativa, e no corpo docente em particular, a confusão nos critérios para considerarem uma criança com dislexia. Não pode nem deve ser entendida esta afirmação como um reparo mas um alerta para que cada vez maior número de profissionais, se interessem por esta temática que afecta muitos dos nossos alunos. Não queiramos enquanto educadores colocar exclusivamente nas mãos da área da psicologia e da psicologia clinica em particular quando a problemática da dislexia deverá ser combatida por uma pedagogia adequada que se conseguirá com melhores resultados através de docentes mais especializados.

A palavra dislexia significa etimologicamente, “*sem ou difícil palavra*”. De facto à palavra dislexia é vulgarmente associado este conceito de dificuldades de escrita e leitura. Consideramos que este conceito básico estará assumido pela maioria dos educadores. O conhecimento aprofundado estará certamente apenas ao dispor dos docentes especializados em educação especial ou outros que tenham realizado formação específica. Se falarmos da restante comunidade educativa encontramos certamente um desconhecimento ainda mais profundo. Mesmo os alunos com dislexia não entenderão com alguma certeza o que de facto lhe está a acontecer e se porventura falarmos dos pais e encarregados de educação, o cenário será certamente idêntico. Mas não nos importa ainda saber qual o grau de conhecimento que a comunidade educativa tem desta problemática, em outro ponto tentaremos perceber melhor o estado de coisas e as suas implicações na vida académica das nossas crianças e jovens.

A Dislexia é um termo que se insere dentro de um grupo de dificuldades muito específicas no qual podemos ainda incluir outras dificuldades ligadas à ortografia, caligrafia e aritmética, também denominadas de **Disortografia, Disgrafia e Discalculia**. Segundo citação de Vítor da Fonseca, a Federação Mundial de Neurologia classifica a dislexia como “*a dificuldade na aprendizagem da leitura, independentemente da instrução convencional, adequada inteligência e oportunidade sociocultural. Depende, portanto, fundamentalmente, de dificuldades cognitivas, que são frequentemente de origem constitucional*” (Fonseca, 1999, p. 290). Estas dificuldades enquadram-se no grupo das dificuldades específicas de aprendizagem por oposição às outras dificuldades de aprendizagem que habitualmente tem a sua etiologia em factores da responsabilidade do sujeito aprendiz ou do contexto social em que está inserido. Aqui entendemos dificuldade de aprendizagem específica como: “*uma perturbação inesperada e inexplicada que ocorre numa criança de inteligência média ou acima da média, caracterizada por um atraso significativo em uma ou mais áreas de aprendizagem*” (Selikowitz, 2010, p. 16). A definição aqui apresentada refere que acontece uma dificuldade de aprendizagem específica quando uma ou

mais áreas da aprendizagem estão envolvidas ou comprometidas. Essas áreas são diversas, por um lado as áreas académicas como a leitura, a escrita, a aritmética, a memorização e outras, por outro lado podemos falar de áreas ligadas à socialização, à coordenação motora até ao controlo dos impulsos. É neste grupo que incluímos a problemática da dislexia. Importa referir ainda que muitos estudos atribuem uma percentagem bastante elevada face ao total da população estudantil afirmando ainda que a dislexia *“es el trastorno de aprendizaje más habitual en la edad infantil, y su prevalência se estima entre el 5-10%, aunque algunos estúdios incluso ofrecen cifras superiores.”* (Vicente & Outros, 2005, p. 136). Muitos outros estudos foram elaborados e todos eles apontam para valores sempre acima dos 5%. Recentemente foi elaborado estudo sobre dislexia pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sob a coordenação da Doutora Ana Paula Vale<sup>2</sup> que aponta para valores à volta dos 5% em Portugal.

Parece-nos importante naquilo a que nos propomos, centrar a nossa preocupação na qualidade das soluções que poderemos oferecer aos nossos alunos com dificuldades de aprendizagem. Acreditamos que o desconhecimento, ligado ao preconceito, que percorrem as nossas escolas continua e continuará a criar um conjunto de alunos esquecidos e que quase criminosamente são deixados à sua sorte. Pais, professores e alunos parecem sacudir a responsabilidade jogando ao sabor das necessidades básicas a solução para os problemas imediatos. Quero com isto dizer que a escola, através dos seus diferentes actores vai aproveitando aquilo que interessa no momento, sem pensar muito em promover um ensino de sucesso que visa um futuro qualificado e voltado para o sucesso, aquilo que realmente importa para a vida activa.

O rendimento escolar de todos os alunos, sejam eles portadores de dificuldades específicas de aprendizagem ou não, é por si só um campo

---

<sup>2</sup> Ana Paula Vale – Professora da Faculdade de Psicologia e docente na UTAD. Investigadora na área da dislexia. Esteve presente nesta Escola Superior de Educação num congresso sobre a temática da dislexia.

movediço em que entram diversos factores que ultrapassam o domínio das habilidades intelectuais. Como refere Georges Bastin, *“mesmos os alunos brilhantes desperdiçam a sua inteligência e falham lamentavelmente.”* (Bastin, 1976, p. 18). É esta precisamente uma das grandes preocupações dos professores, pelo menos acreditamos que sim. Se por um lado, as normais dificuldades de aprendizagem resultam de um vasto conjunto de factores, as dificuldades específicas de aprendizagem são resultado de factores não controlados e resultam de alterações no processo cerebral, quer da ordem visual, auditiva ou outros. É também por esta dificuldade acrescida que muitos intervenientes do processo educativo, e não me refiro unicamente aos professores, têm dificuldade de perceber como este ou aquele aluno comete erros graves sem motivo aparente. Porque temos percebido que esta dificuldade perpassa pelo nosso sistema educativo que gostaríamos de, por um lado desmitificar o problema da dislexia e por outro perceber como o sistema acolhe os nossos alunos com problemas de dislexia. A este respeito reservaremos um espaço neste projecto para tentar perceber se tem existido o cuidado de salvaguardar estes alunos na nossa escola. A legislação é o suporte e pode também aqui o legislador ser agente de inclusão do aluno disléxico. A estigmatização ou a exclusão dos alunos disléxicos acontecerá se o legislador não perceber, que mesmo na diferença, e refiro-me aos alunos com necessidades educativas, também aí existem diferenças. Alunos com deficiência mental, com problemas motores ou com dislexia requerem cuidados diferentes e respostas educativas também diferentes.

### **1.1. Etiologia, conceito, definição e manifestações na escola**

A dislexia como já fomos referindo tem um sem número de definições mas que podemos condensá-las numa definição da Doutora Ana Paula Vale:

“A Dislexia é apenas de um tipo segundo os dados que são mais usados na investigação. É uma perturbação que se traduz num contínuo de graus de dificuldade. Existem assim os graus de dificuldades ligeiras, moderadas e severas e que se traduzem em manifestações diversas. No entanto, e concretizando, é uma dificuldade de aprendizagem ou perturbação do desenvolvimento que se traduz essencialmente em aprendizagens de leitura precisa e fluente de escrever palavras. Resultam de défices ao nível dos processamentos cognitivos.”

(Estudo Dislexia UTAD, 2011)

Parece-nos agora mais claro que os fatores que podem despoletar uma dislexia são de origem neurológica e de origem cognitiva. Ao nível neurológico, e sem querer desenvolver muito a temática, importa dizer que diferentes estudos têm procurado uma relação entre processamento cerebral ao nível da dominância e da lateralidade e erros dos disléxicos. As primeiras conclusões afirmam *“que os disléxicos careciam de dominância hemisférica para a linguagem”* (Torres & PilarFernandes, 2002) Isto porque segundo vários estudos e investigações concluiu-se que estes sujeitos produzem um grande número de inversões bem como uma ausência de dominância hemiférica e por conseguinte uma diferente organização cerebral. Em conclusão e citando novamente Torres e Fernandes 2002:

*“Pode portanto afirmar-se, em jeito de conclusão, que quer os disléxicos quer os que o não são apresentam uma especialização do hemisfério esquerdo para o processamento linguístico, mas os disléxicos evidenciam uma taxa de processamento inferior”.*

(Torres e Fernandes 2002)

Ao falar de factores de origem cognitiva ou do desenvolvimento, não podemos esquecer que um conjunto de factores de origem ambiental (educacional), físicos e psicológicos interferem sobremaneira no individuo. Este conjunto de factores que estão ou poderão estar na origem da dislexia foram analisados de forma muito clara por Kirk e Gallagher (1999) no livro *“A Educação da Criança Excepcional”* e que nós aqui citamos por julgarmos

clara o esclarecimento que estabelecem entre factores que podem promover a dislexia e a etiologia da dislexia.

Numa tentativa de procurar definir dislexia ou problema de aprendizagem devemos considerar três aspectos fundamentais para a clarificação do conceito e o do que realmente falamos quando se fala de DAE. Em primeiro lugar deverá, como primeiro critério, existir uma discrepância clara entre as áreas de desenvolvimento e a capacidade intelectual e a área de realização académica. Depois também considerado claramente, todo aquele que não manifesta nenhuma deficiência sensorio-motora, intelectual ou distúrbio emocional ou falta de oportunidade para aprender. O terceiro critério será a necessidade de ensino especializado para se desenvolver adequadamente. Este critérios referidos por Kurk e Gallagher (1999) estabelecem o âmbito do que se fala quando falamos em crianças com DAE.

No âmbito geral existem factores que contribuem para o aparecimento de dificuldades de aprendizagem específica e que provêm de diferentes áreas e com resultados tão opostos nos diferentes sujeitos. Podem, é certo, dificultar a realização académica. E ainda como referem Kir e Gallagher *“esses factores contribuintes incluem aberrações físicas de visão, audição, lateralidade, imagem corporal, bem como distúrbios relativos ao desenvolvimento da memória, atenção, percepção, pensamento, linguagem e operações mentais correlacionadas”*. Essas condições (factores) podem geralmente ser melhoradas ou recuperadas, enquanto as causas não o são.

A escola é um espaço não privilegiado para a criança com dislexia. Os medos, sobretudo do gozo por parte dos colegas, a frustração por não conseguir o que facilmente os outros conseguem, *“à medida que as crianças crescem, a incapacidade de recordar palavras pode causar embaraço e uma sensação de incompetência”* (Livingston, 2003, p.38). Por outro lado encontramos crianças desorganizadas, como que reflexo da sua desorganização interior. Depois o período de isolamento e o desistir de lutar.

Dá-se conta da sua incapacidade e por isso nada vale. O mau comportamento, a distração, no fundo podemos dizer que os seus interesses não estão na escola.

## 1.2. Desordens associadas.

A criança com dislexia apresenta um conjunto de características e handicapes que podemos considerar sugestivas de uma eventual dislexia, um conjunto de sinais que estão intrinsecamente ligados a quatro áreas da realização. Torres e Fernandes (2002) apontam estas mesmas dimensões ou tarefas, como referem, para o surgimento da dislexia. Assim acreditam que ao nível da leitura e da escrita estas crianças mais frequentemente omitem, fazem inversões, substituições, adições e confusões. Ao nível do ritmo poderá apresentar-se bastante irregular e de velocidade baixa. Os erros são mais que muitos. A grafia está muitas vezes associada bem como a pobreza lexical. Para além destes sinais em muitas outras áreas notam-se problemas de realização e para tal retomaremos necessariamente o tema mas importa, porque não o fizemos ainda definir o conceito de dificuldades de aprendizagem. Para explicitar o conceito propomos a definição que Kirk e Gallagher apresentam na já referida obra “*A Educação da Criança Excepcional*”:

*“Muitas tentativas têm sido feitas no sentido de se definir distúrbios de aprendizagem. Concorda-se que uma criança com distúrbio de aprendizagem pode ser identificada por três critérios principais: (a) uma discrepância significativa entre as áreas de desenvolvimento ou entre a capacidade intelectual e a realização académica; (b) um distúrbio não explicado por uma deficiência sensorial, deficiência mental, distúrbio emocional ou falta de oportunidade para aprender; e (c) necessidade de ensino especializado para se desenvolver ao máximo.” Kirk e Gallagher, 1999*

Segundo os pressupostos apresentados por estes autores existirá um problema de realização académica que não tem por base qualquer deficiência, física ou intelectual mas que alguns dos processos cognitivos

estarão afectados. É por esta razão que a avaliação de uma criança deve obedecer a um conjunto de critérios que busque a génese da dificuldade para que a intervenção seja a adequada. Começamos por referir no início deste capítulo que a avaliação da linguagem é fundamental no entanto em diversas áreas podemos procurar quais são os pontos fortes, fracos e emergentes e deste modo proceder de acordo com as necessidades. O receituário médico não surge apenas de uma análise empírica e superficial, obedece a um conjunto de requisitos para o tratamento ser eficaz. No caso da dislexia a situação repete-se. Precisamos de perceber onde está a origem da dificuldade. Importa ainda que se realize uma avaliação da psicomotricidade. O esquema corporal, como se representa; a dominância lateral e o seu reconhecimento; a orientação espacial e temporal. A avaliação do domínio das percepções é fundamental, as percepções auditivas e visuais estão muitas vezes na genese de uma dislexia. Uma avaliação é fundamental e quando realizada com qualidade apontar claramente para uma intervenção, que em última análise é o que se deseja.

Quando falamos na área do desenvolvimento cognitivo parece aceite por todos que quanto mais precoce for feita uma intervenção no sentido de sustentar ou colmatar uma dificuldade mais eficaz se torna. O caso da dislexia é também uma situação que requer uma atenção redobrada por parte de pais e encarregados de educação, assim com educadores da pré primária até ao secundário, e mesmo aí não deixa de ter sentido este alerta constante que devemos, enquanto educadores, prestar aos alunos que manifestam dificuldades de acompanhar o ritmo dos outros. É por isto que importa diagnosticar e todos têm um papel fundamental como recorda Sally Shaywitz:

*“O diagnóstico é o primeiro passo essencial a dar no sentido de ser bem-sucedido a ensinar uma criança a ler – quanto mais precoce for melhor. Uma vez que já vi tantos pais perderem tempo precioso por querer “esperar um pouco mais”, ou a “dar-lhe tempo”, gostaria de recordar que nenhum processo de negação ou racionalização alterará a situação. O único resultado será um crescente atraso por parte do seu filho, bem como danos na auto-estima da criança. A criança necessita de ser ajudada antes do insucesso.”*

*(Shaywitz, 2008)*

Sabemos que um vasto número de crianças que se foram afastando da escola por um motivo ou outro sem que a mesma escola encontrasse uma justificação e solução para tal atitude. É por isso que claramente afirmamos a necessidade de encontrarmos soluções o mais cedo possível. No entanto, no nosso estudo debruçamo-nos sobre a situação dos alunos do 3º Ciclo e Secundário e pode parecer que a resignação fatalista seria a melhor das opções. Não defendemos esta opção negativista antes gostaríamos de apontar para a necessidade de em cada escola do ensino secundário ser constituído um grupo de docentes e outros técnicos com especialização adequada para sinalizar e elaborar um plano de trabalho intensivo na procura de soluções de remediação.

### **1.3. Intervenção Diferenciada**

Como referimos no ponto anterior a problemática da dislexia manifesta-se em diferentes domínios. Resulta por isso que se torna fundamental perceber quais as áreas em que é prioritário intervir de forma a colmatar e minimizar as dificuldades. Resultará por isso que dentro da área do desenvolvimento da linguagem importa intervir na forma, na fluência e na expressividade com que as crianças se exprimem. A respeito é importante que se desenvolva a compreensão auditiva; a compreensão do significado das palavras e das discussões da aula e a retenção da informação. Um número interminável de actividades podem ajudar no desenvolvimento desta área: a título de exemplo podemos referir o contar de novidades e o explicar situações vividas.

Ao nível da psicomotricidade importa que a criança ou jovem possa ter bem definida a sua relação com o corpo e o espaço no qual se movimenta. Assim devemos procurar que a criança tenha definida com clareza a sua lateralidade, a sua orientação temporal e espacial. Dentro de cada uma destas sub-áreas podemos propor um conjunto de actividades que pela sua frequente repetição estas crianças possam adquirir com maior facilidade o

domínio da sua psicomotricidade. O simples exercício de colocar objectos à esquerda ou à direita ajuda na definição da lateralidade. O percorrer labirintos ou ordenar uma história de banda desenhada privilegiará a orientação espacial. A dramatização de uma história e o recontar com sequência uma história serão actividades para o desenvolvimento da orientação temporal.

Outro aspecto, que referimos como fundamental, é a área das percepções auditiva e rítmica. Esta capacidade é fundamental para que a criança perceba o que lhe rodeia e em contexto escolar reveste-se de maior importância. Há necessidade de perceber as pequenas diferenças entre fonemas e palavras, sequenciar sílabas e frases, memorizar estímulos sonoros e organizar cadências rítmicas. Para tal importa estimular a percepção auditiva e rítmica utilizando um conjunto de actividades para o desenvolvimento das percepções rítmicas, o ouvir batimentos e repeti-los e o fazer silabação de palavras (crianças mais pequenas) é fundamental. Ao nível das percepções auditivas podemos seleccionar um vasto conjunto de actividades como o pedir para descobrir palavras que rime e pedir que identifique um conjunto alargado de sons do ambiente.

A percepção visual é fundamental no desenvolvimento da criança. Os estímulos visuais das crianças com dificuldades específicas de aprendizagem podem ajudar a colmatar algumas dificuldades. Também como exemplo destes exercícios queremos deixar como exemplo o jogo das diferenças ou a sopa de letras entre tantos outros.

Ao nível da motricidade fina importa sugerir que estes alunos procurem exercícios ligados ao desenho de grafismo, ao corte e à moldagem. Sobre estas actividades propostas poderíamos ter referido muito mais, mas também sabemos que felizmente, existem um conjunto de material de suporte para os docentes que estejam a acompanhar estes alunos com DAE. A Dislex e os vários Cadernos de Reeducação são pontos de apoio ao alcance de todos os que promovem o desenvolvimento de crianças com dislexia.

#### **1.4. O impacto da aplicação do decreto-lei 3/2008 quanto a esta problemática.**

Os apoios prestados aos alunos com dificuldades específicas de aprendizagem, está regulamentado pelo decreto-lei 3 de 2008 de 7 de Janeiro, que estabelece todos os apoios para os alunos com necessidades educativas especiais. Mas sobretudo desde a publicação da lei de bases do sistema educativo que as medidas educativas para os alunos com necessidades educativas estão salvaguardadas e legisladas. A necessidade de acompanhar os nossos parceiros europeus e permitir a inclusão dos alunos com necessidades educativas na escola pública provocou que os diferentes legisladores fossem publicando legislação relativa aos alunos com NEE. Apresentamos de seguida um quadro sucinto da legislação publicada desde a aprovação da lei de bases do sistema educativo em 1984 e que nos poderá perspectivar um pouco daquilo que tem sido a educação especial ao longo dos últimos 30 anos. Estes dados foram retirados da tese de doutoramento da Professora Doutora Helena Serra (2002) referente à *“política educativa actual referente à educação especial”*. Percebemos das inúmeras publicações legislativas que seguidamente enunciamos não prestam particular atenção e de forma exclusiva aos alunos com dislexia, o que não nos causa nenhuma estranheza. Tudo está incluído no *“mesmo saco”*. Agora temos o decreto-lei 3/2008 que suporta os apoios educativos necessários para os alunos com necessidades educativas especiais e se juntarmos a este normativo a autonomia das escolas, temos uma união quase perfeita e com capacidade de propor diferentes respostas educativas, quer para alunos com dislexia ou com outras necessidades educativas especiais. Altamente preocupante será, se ao cobro dessa mesma autonomia, esquecermos que a escola e o professor, em última análise, são responsáveis pelo sucesso educativo do aluno. E se somos capazes de propor um apoio pedagógico para um aluno com dificuldades de aprendizagem, por maioria de razão teremos de nos envolver com aqueles que ainda mais precisam, e referimo-nos ao caso dos alunos com dislexia.

Para que isto aconteça, o processo pode e deve ser conduzido pelos diferentes intervenientes de forma esclarecida para que se possa optar pela melhor resposta educativa.

Com a introdução do Decreto-lei 3 de 2008 de 7 de Janeiro, que vai substituir o decreto-lei 319/91 o Ministério de Educação volta a insistir na

*“Inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, assim como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego de crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente.”,*

*Ministério da Educação*

Como refere o número dois do artigo um do decreto-lei é objectivo primordial a inclusão. As dificuldades específicas de aprendizagem enquanto *“dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.”*, ficam salvaguardadas nas respostas educativas propostas. O que nos parece é que poderia ficar salvaguarda alguma diferença relativa à problemática da dislexia. Sabemos que poderíamos colmatar algumas dificuldades inerentes à dificuldade em causa sem enquadrar tão negativamente neste grupo das necessidades educativas. Não deixando de o ser uma necessidade educativa especial, poder-se-ia acautelar alguns constrangimentos que necessariamente decorrem dum processo que marca indubitavelmente crianças e jovens abrangidas pelo Decreto-lei 3 de 2008 de 7 Janeiro e com tudo o que de negativo representa, por desconhecimento ou preconceito. Não é nossa intenção criticar o decreto-lei 3/2008, que nos parece bem estruturado, mas apontar uma solução que passaria por exemplo pela criação de equipas de apoio especializado em dificuldades específica de aprendizagem. Em termos legislativo, também aqui num grupo específico, parece-nos que também falamos de uma escola de

“massificada”. A inclusão não poderá ser decretada, a legislação deverá ser modificada quantas vezes for necessário para que verdadeiramente se construa uma escola para todos. Não queremos deixar de deixar um exemplo bem recente que se passou numa escola secundária do norte do país e que poderemos sem grande margem de erro afirmar que se tem vindo a tornar um caso paradigmático. A Encarregada de Educação simplesmente recusa o apoio que o seu educando tem direito (ver anexo 2), para evitar estar abrangido pelo decreto-lei 3, por outro lado solicita à escola o apoio necessário. Numa escola em que nos quadros disponíveis não existem professores especializados que apoio poderá ter esta e outras crianças que por lá andam? Parece-nos que pouco ou nenhum. Por isto fará sentido reorganizar os apoios educativos para atender especificamente estes alunos, 10 a 15% da população escolar geral, que carecem de um apoio individualizado. Estas serão questões que muitos agentes educativos vão colocando, mas que sirvam para o despertar de consciências de serviço educativo áqueles, que de modo particular mais apoio precisam. Numa altura em que escaceiam recursos a polivalência e a formação alargada dos professores faz todo o sentido por isso julgamos pertinente desenvolver programas de formação e informação pelas nossas escolas e assim levar a quem se possa sentir excluído por legislação, que preconiza a inclusão/integração se possa sentir deveras apoiado e querido entre os pares.

## II – COMPONENTE EMPÍRICA

### 1 - Definição do objecto de estudo, objectivos e questões de investigação.

Como já fomos referindo até este ponto do nosso trabalho o nosso estudo desenrolou-se numa escola secundária em que não existe pessoal docente com habilitação qualifica para desenvolver actividades educativas com alunos com dificuldades de aprendizagem específica. Não queremos com isto dizer que a escola se recusa a apoiar todos os alunos que deste apoio específico necessitem. Apesar de não fazer parte dos quadros da escola, uma docente do Ensino Especial, presta apoio a duas alunas com dislexia e que estão abrangidas pelo decreto-lei 3 de 2008 e que porisso, beneficiam de um programa educativo individual.

Preocupa-nos no entanto um outro conjunto de alunos que porliferam e que de um modo ou de outro foram ficando esquecidos e apoiados de modo menos conveniente do que teria sido desejável. A pergunta inicial que levantamos neste estudo, reflete em nosso entender esta preocupação:

***Em que medida o desconhecimento dos professores da escola 3/S de D. Dinis em Santo Tirso relativamente à dislexia condiciona a intervenção adequada junto do aluno.***

Fruto do contacto pessoal com docentes e encarregados de educação, sobretudo enquanto director de turma, fomos percebendo que um número significativo de alunos manifestavam dificuldades de aprendizagem e que não se enquadravam naquelas que habitualmente resultam da falta de hábitos e metodos de estudo. Percebemos que um significativo conjunto de alunos, especificamente em determinadas disciplinas, apresentavam um conjunto de dificuldades graves para o nível e grau de ensino em que se encontravam. As escolas secundária com 3ºCiclo são a etapa final na vida de um estudante antes do ensino superior e como tal importa que a sua

preparação académica seja cuidada. Quisemos saber se nesta Escola Secundária de D. Dinis em Santo Tirso a problemática da Dislexia e das Dificuldades Específicas de Aprendizagem estão a ser tida em conta e medida. Pois julgamos que não basta conhecer mas intervir. Outra questão que nos parece fulcral e de longe a mais preocupante, é o facto das nossas escolas secundárias não possuírem nos seus quadros professores do Ensino Especial e que possam de algum modo estabelecer pontes com os outros docentes: Estarão as escolas secundárias e os seus corpos docentes informados sobre as problemáticas do ensino especializado? Conhecerão porventura o quadro legislativo que rege o Ensino Especial no nosso sistema educativo? Pensamos que ainda há muito a fazer neste nível de ensino. Se já vamos encontrando nos agrupamentos verticais formações em Dislexia, Espectro do Autismo, Trissomia 21 e tantas outras problemáticas, sobretudo dinamizadas pelo grupo de Ensino Especial, nas escolas secundárias o mesmo não acontece necessariamente. Por tudo isto perguntamos se aqueles alunos que manifestam, embora em muitos casos de modo ligeiro, problemas de aprendizagem específicas estarão a ser acompanhados convenientemente. É prática corrente enviar alunos com negativas a determinada disciplina para apoio pedagógico, se existir disponibilidade de meios humanos. O risco que correm os alunos com dislexia, claramente identificada ou hipoteticamente diagnosticada, está em nosso entender, receberem mais do mesmo no Apoio Pedagógico Acrescido. Na escola secundária D. Dinis em Santo Tirso é um pouco disto que acontece. Infelizmente, podemos afirmar com algum grau de certeza, que este estado de coisas poderá ser paradigmático, tendo em conta o conjunto de pressupostos que enumeramos e norteiam o serviço das escolas secundárias no nosso país.

## 2. Modelos de investigação

Tendo em conta a questão inicial, julgamos que se torna fundamental perceber como a comunidade educativa e em particular os professores do ensino secundário olham os alunos com dislexia. Quais as concepções dos diferentes docentes podem condicionar a intervenção na vida escolar dos alunos disléxicos.

O tipo de metodologia a utilizar no estudo será de tipo quantitativo. A fim de recolher as informações fundamentais à realização deste estudo os inquéritos entregues aos docentes tinham a intenção primordial saber o grau de conhecimento da problemática mas sobretudo perceber qual tem sido a intervenção junto dos alunos com dislexia.

Por outro lado o recurso a inquérito por questionário visa sobretudo recolher informação de forma estruturada num conjunto de perguntas fixas. A utilização de inquéritos:

*“possibilita a formação de conclusões estruturadas acerca dos seus valores, normas, atitudes, representações, quadros de referência, comportamentos, motivações, processos, etc., nunca esquecendo a construção social que está subjacente. Este método constitui uma das técnicas de recolha de informação mais utilizada no âmbito da investigação, uma vez que permite o tratamento quantitativo das informações e o posterior trabalho estatístico, objectivando informação e apresentando uma forte capacidade de captar os aspectos contabilizáveis dos fenómenos”*

(Silva, sd)

Iniciaremos o nosso estudo procurando perceber como um grupo específico de professores é capaz de tomar consciência da necessidade de formação específica ou se por outro lado não é prioridade na sua actividade profissional.

Pretendemos com estes inquéritos procurar alcançar uma verdadeira conclusão com a máxima validade e fiabilidade do estudo.

. O objectivo final é verificar que tipo de intervenção tem vindo a ser realizada, e se esta, resulta porventura de algum desajuste face à

problemática em causa. Para efectuar a consulta aos docentes foi feito pedido de autorização dirigido ao director do estabelecimento de ensino. Este estudo será rigoroso, com todos os dados interpretados e analisados com o máximo rigor.

### **3. Recolha e análise dos dados.**

#### **3.1. Definição da amostra**

Na construção da amostra do nosso estudo tivemos em conta todos os docentes de do grupo 300 (Língua Portuguesa/Português) que lecionaram na Escola Secundária de D. Dinis em Santo Tirso. Fazem parte do grupo dezassete docentes sendo que o Director da Escola pertence ao grupo 300. A opção por este grupo deveu-se ao facto da matéria em estudo se enquadrar com o processamento e manuseamento da língua materna. Importa ainda referir que a ESDD é uma escola não agrupada, como presentemente a maioria das escolas secundárias, e como tal não possui nos seus quadros de professores, docentes especializados em Educação Especial. É uma escola de cidade mas acolhe crianças das freguesias vizinhas que se caracterizam ainda pela sua forte ligação ao meio rural. A escola no ano lectivo 2010/2011 tinha cerca de 1000 alunos. Deste número total cerca de 400 alunos pertencem ao 3º Ciclo. Os restantes são alunos do Ensino secundário, 400 alunos, e 200 alunos a frequentar cursos profissionais.

Inscrito no projecto educativo da escola estão um conjunto de ideias e objectivos do que se deseja para a escola. Optamos por seleccionar a seguinte frase pois implica de certa forma que a comunidade ESDD está aberta a práticas inclusivas e disposta a abraçar com responsabilidade a sua função: “Compatibilizar o desenvolvimento de uma cultura de excelência e

responsabilização com a necessidade de práticas inclusivas;” (Santo Tirso, 2009). É esta escola que sabendo das suas limitações procura realizar o caminho da excelência, e também nesta área tão específica das Necessidades Educativas Especiais, tem um longo caminho a percorrer.

### 3.2. Instrumento de recolha de dados

Tendo em conta a questão inicial, julgamos que se torna fundamental perceber como a comunidade educativa e em particular os professores do ensino secundário olham os alunos com dislexia. Quais as concepções dos diferentes docentes podem condicionar a intervenção na vida escolar dos alunos disléxicos.

O tipo de metodologia a utilizar no estudo será de tipo quantitativo. A fim de recolher as informações fundamentais à realização deste estudo os inquéritos entregues aos docentes tinham a intenção primordial saber o grau de conhecimento da problemática mas sobretudo perceber qual tem sido a intervenção junto dos alunos com dislexia.

Por outro lado o recurso ao inquérito por questionário visou sobretudo recolher informação de forma estruturada num conjunto de perguntas fixas. A utilização de inquéritos:

*“possibilita a formação de conclusões estruturadas acerca dos seus valores, normas, atitudes, representações, quadros de referência, comportamentos, motivações, processos, etc., nunca esquecendo a construção social que está subjacente. Este método constitui uma das técnicas de recolha de informação mais utilizada no âmbito da investigação, uma vez que permite o tratamento quantitativo das informações e o posterior trabalho estatístico, objectivando informação e apresentando uma forte capacidade de captar os aspectos contabilizáveis dos fenómenos”*

(Silva, sd)

Iniciaremos o nosso estudo procurando perceber como um grupo específico de professores é capaz de tomar consciência da necessidade de formação específica ou se por outro lado não é prioridade na sua actividade profissional.

No inquérito utilizamos o tipo de pergunta fechada utilizando uma escala em que se enquadravam todas as respostas possíveis. Utilizamos este tipo de perguntas para verificar o grau de formação e conhecimentos na problemática da dislexia. Por outro lado ao utilizarmos o tipo de pergunta aberta quisemos sobretudo conhecer o grau de constrangimento que os docentes sentiam na sua prática pedagógica.

. O objectivo final é verificar que tipo de intervenção tem vindo a ser realizada, e se esta, resulta porventura de algum desajuste face à problemática em causa. Para efectuar a consulta aos docentes foi feito pedido de autorização dirigido ao director do estabelecimento de ensino. Este estudo será rigoroso, com todos os dados interpretados e analisados com o máximo rigor. Como se pode contactar pelo anexo, o inquérito está dividido em três partes distintas. A primeira parte procura caracterizar a amostra quanto à carreira profissional, tempo de serviço, vinculação, formação, etc. A Segunda parte procura saber se a amostra tem alguns conhecimentos da problemática da dislexia e se é capaz de responder positivamente aos desafios que lhes são colocados por alunos com esta problemática. A terceira parte procurou saber o grau de conhecimento que estes docentes têm desta problemática. Nesta última parte são colocadas questões que implicam um elevado grau de conhecimento da problemática da dislexia e que estará apenas ao alcance dos docentes com formação especializada.

### **3.3. Procedimentos**

No que concerne aos procedimentos adoptados optou-se por aplicar o inquérito a todos os docentes do grupo 300 (Português) uma vez que a possível intervenção acontece através do apoio prestado por estes docentes ou docentes especializados. Uma vez que a Escola Secundária de D. Dinis não tem no quadro docentes especializados este grupo de professores foi o escolhido. Outro dos critérios está relacionado com o apoio que estes docentes dão no âmbito da sua disciplina e podem, eventualmente no exercício das suas funções, encontrar alunos com sinais de dislexia, como se poderá comprovar pelos dados recolhidos pelos inquéritos. O inquérito depois de elaborado de acordo com os objectivos delineados e com o aval da docente coordenadora deste estudo, procedeu-se à distribuição dos mesmos.

## **4. Tratamento e análise de dados**

No que concerne ao tratamento de dados utilizamos vários gráficos onde encontramos o resultado calculado em termos numéricos relativamente às respostas dadas a perguntas fechadas. No que se refere às perguntas abertas, tomando os conteúdos das respostas dadas pelos docentes, calculamos numericamente em gráfico a frequência dos mesmos ou de conteúdos do mesmo tipo.

Relativamente a esta primeira parte que se prende com dados mais pessoais e de carreira importa realçar que o grupo de docentes pertence ao quadro de escola, apenas um docente pertence a um Quadro de Zona pedagógica, o que significa que existe uma estabilidade do corpo docente e que possibilita a construção de equipas pedagógicas sólidas e duradouras. Possibilitará que o grupo se organize em múltiplas funções tendo em vista a

melhoria da sua formação e especialização, apenas dois docentes afirmam possuir estudos pós graduados e outros dois estão no momento a frequentar. Nenhum docente inquirido possui formação especializada na área das necessidades educativas especiais. Apenas um docente terá frequentado uma acção de formação em Dificuldades Especificas de Aprendizagem. Ainda dentro da primeira parte destacamos o facto de um grande número de docentes deste grupo ter habitualmente tempos lectivos e não lectivos na sua carga horária para o Apoio pedagógico acrescido à disciplina de Língua Portuguesa. O apoio é prestado em conjunto e não são tidos em conta a especificidade dos alunos com dislexia.

## I – Parte do Inquérito

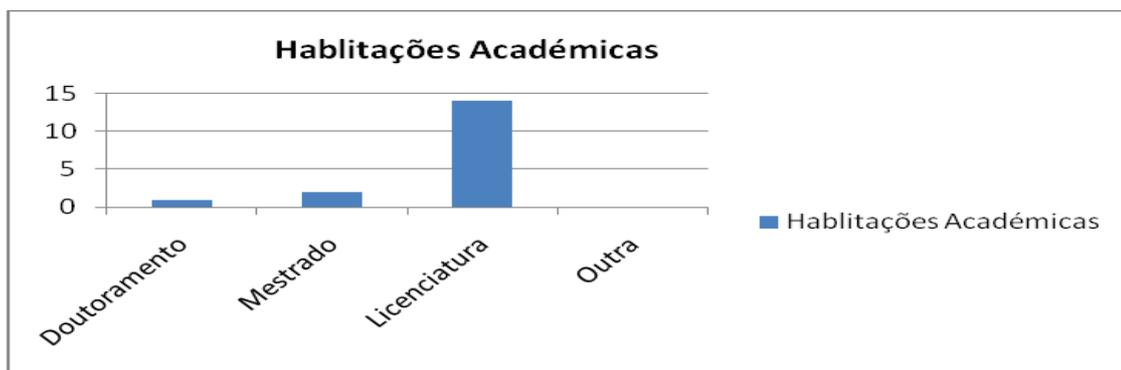
### Pergunta nº3 – Tempo de serviço em 31/08/2010



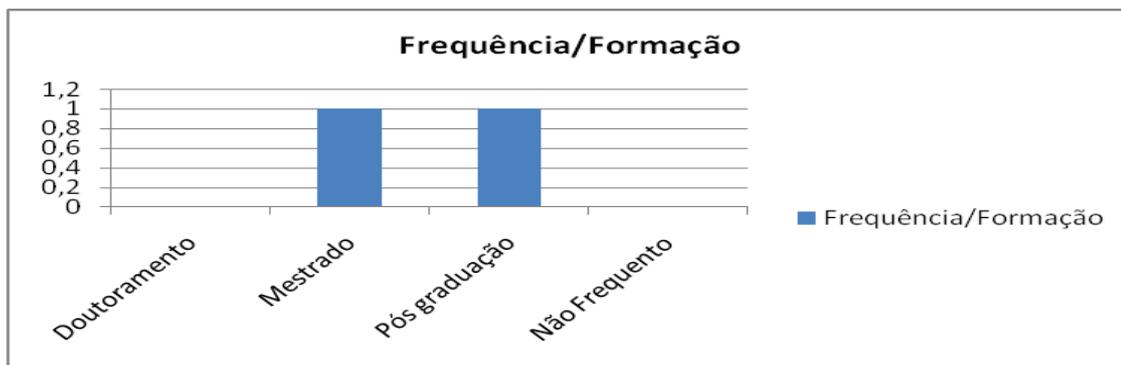
### Perguntanº4 – Situação Profissional



### Perguntanº5 – Habilitações Académicas



### Pergunta nº7 – Frequência/Formação



#### 7.1 – Áreas de Formação

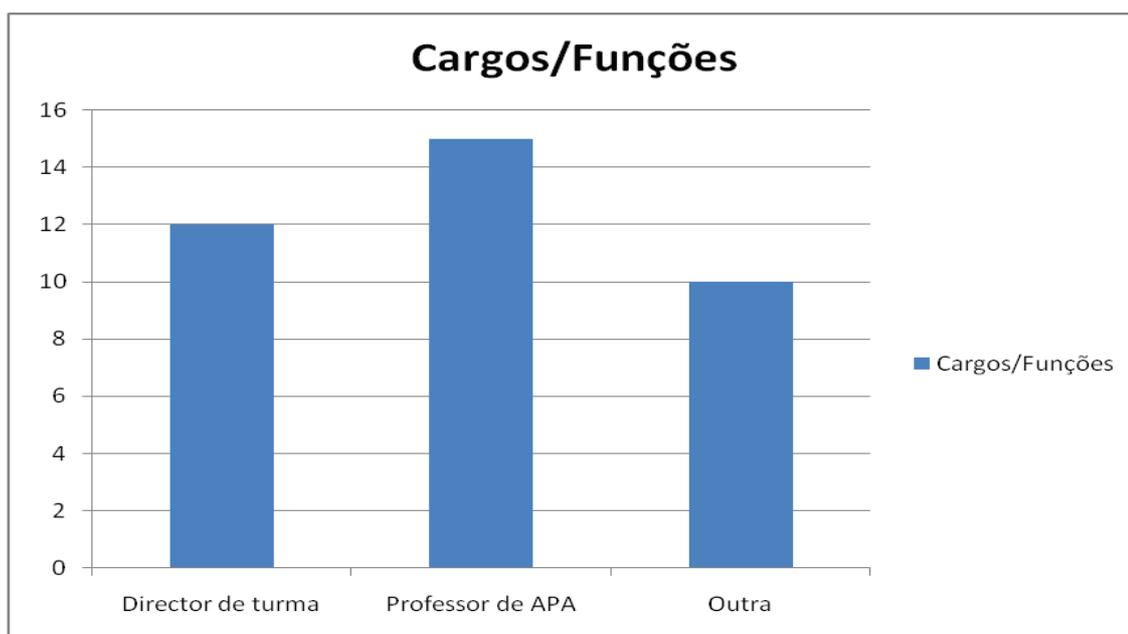
Obs.: Neste momento dois docentes estão a fazer especialização superior especializada. Um docente em Mestrado de Gestão e Administração escolar e outro uma Pós-graduação em Ciências da Educação.

### Pergunta nº8 – Há quantos Anos consecutivos lecciona nesta escola?

Existem professores que leccionam na escola à dois anos (dois) e um à 37 anos. A maioria lecciona à mais de 20 anos na escola. A Média de anos consecutivos é de 15,7. Como referimos anteriormente é um

grupo com possibilidade de desenvolver trabalhos de projecto a longo prazo junto da comunidade educativa no sentido de colmatar as dificuldades mais prementes. É Um grupo com bastante experiência profissional e capazes. O grupo caracteriza-se pela sua disponibilidade e participação activa e regular no plano Anual de Actividades da escola. Destacam-se os trabalhos desenvolvidos junto dos alunos do ensino secundário nomeadamente no apoio aos alunos na disciplina de Área de Projeco, recentemente eliminada do currículo do Esnsimo Secundário.

**Pergunta nº9** Por favor indique os cargos/funções que desempenhou nesta escola nos últimos 3 anos.



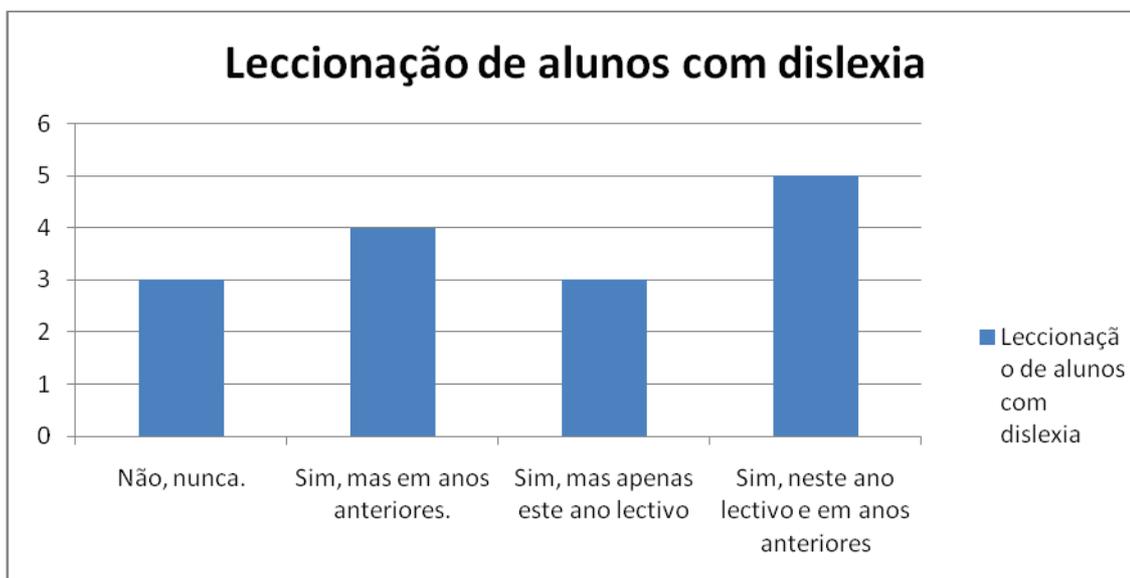
**Obs.: Outra** - No que se refere a outras funções exercidas na escola nos últimos 3 anos, temos a referir os casos de funções inerentes ao funcionamento do grupo/departamento de Linguas na Escola. Salientamos o caso de pertencerem a este grupo de docentes o actual Director da escola bem como o anterior Presidente do Conselho Executivo. Também por aqui se vê o grau e interesse que este grupo pela instituição, ESDD.

Como já referimos quase a totalidade dos docentes já prestaram aula de Apoio Pedagógico Acrescido e um grande número já foi ou é ainda Director de Turma.

## II – Parte do Inquérito

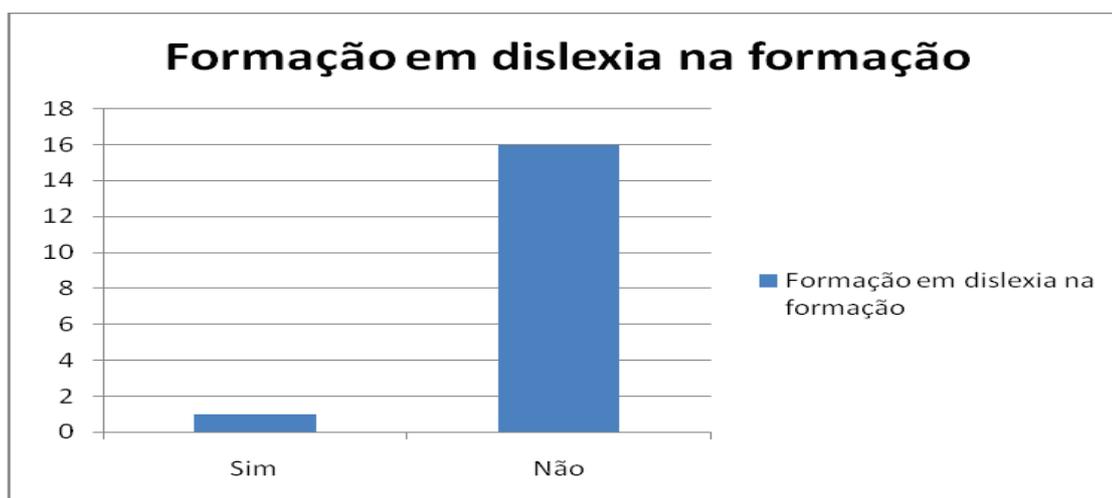
Abordaremos nesta segunda parte as questões mais ligadas à prática profissional e a formação de cada docente na área da dislexia. Tentaremos conjugar estes pressupostos para perceber que tipo de apoio é dado na ESDD aos alunos com Dislexia. Relembramos que quando falamos de alunos com dislexia falamos de aqueles que não se encontram abrangidos pelo Decreto-lei 3 de 2008, pois esses beneficiam do apoio consagrado no referido decreto lei.

**Pergunta nº2.1** – No presente ano lectivo, ou em anos anteriores, lecciona (já leccionou) alunos com dislexia?

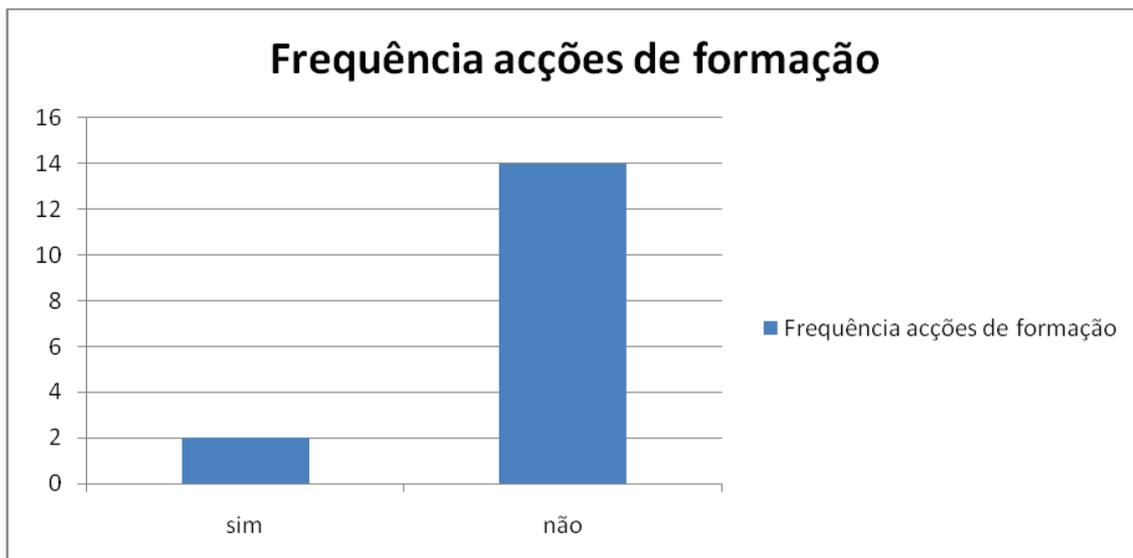


Nesta questão Importa realçar a elevada percentagem de docentes que já contactaram com alunos com dislexia, neste e em anos lectivos anteriores. Apenas três docentes dizem não ter tido contacto com alunos com dislexia. Fica claro que existem alunos nas salas de aula cujos professores na sua quase maioria não tem qualquer tipo de conhecimento da problemática da dislexia como se comprova pelo quadro seguinte à resposta 2.2 do questionário. Os professores tomam conhecimento de que os alunos com dislexia sobretudo em reuniões de Conselhos de Turma. Muitos dos casos são referidos pelos encarregados de educação fruto de avaliações realizadas por especialistas, sobretudo em gabinetes de psicologia, mas que não querem de todo que os seus educandos beneficiem de apoio individualizado nem que se avance para uma situação de Projecto Educativo Individual (PEI) ao abrigo do decreto lei 3 de 2008 e que regulamenta o apoio individualizado aos alunos com dislexia.

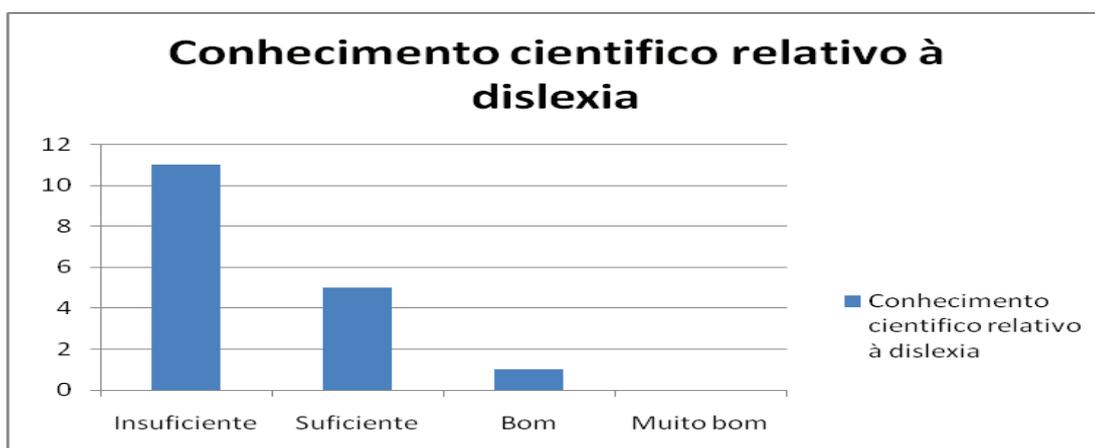
**Pergunta nº2.2** – No decurso da sua formação académica (inicial ou pós-graduação), teve formação específica sobre dislexia?



**Pergunta nº2.3** – No decurso da sua carreira, frequentou acções de formação na área da dislexia?



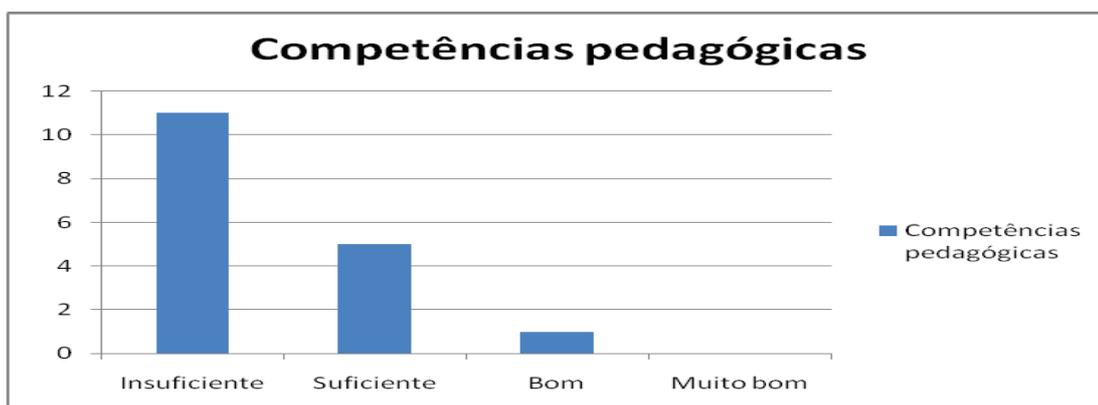
**Pergunta nº2.4** – Como classificaria o seu grau de conhecimento científico relativamente à dislexia?



Queremos salientar nesta questão que curiosamente o docente que afirma ter bons conhecimentos científicos afirmou, quer na questão 2.2 quer na questão 2.3, não ter frequentado qualquer formação na área nem na formação inicial teve formação em dislexia. Evidentemente que o conhecimento desta problemática não se regista exclusivamente pela formação académica superior nem por formações especializadas. Muito do conhecimento está registado em numerosos livros mas parece-nos que a

partilha com o saber teórico e prático resulta em conhecimento melhor sustentado.

**Pergunta nº2.5** Como classificaria o seu nível de competências pedagógicas para trabalhar com alunos com dislexia?

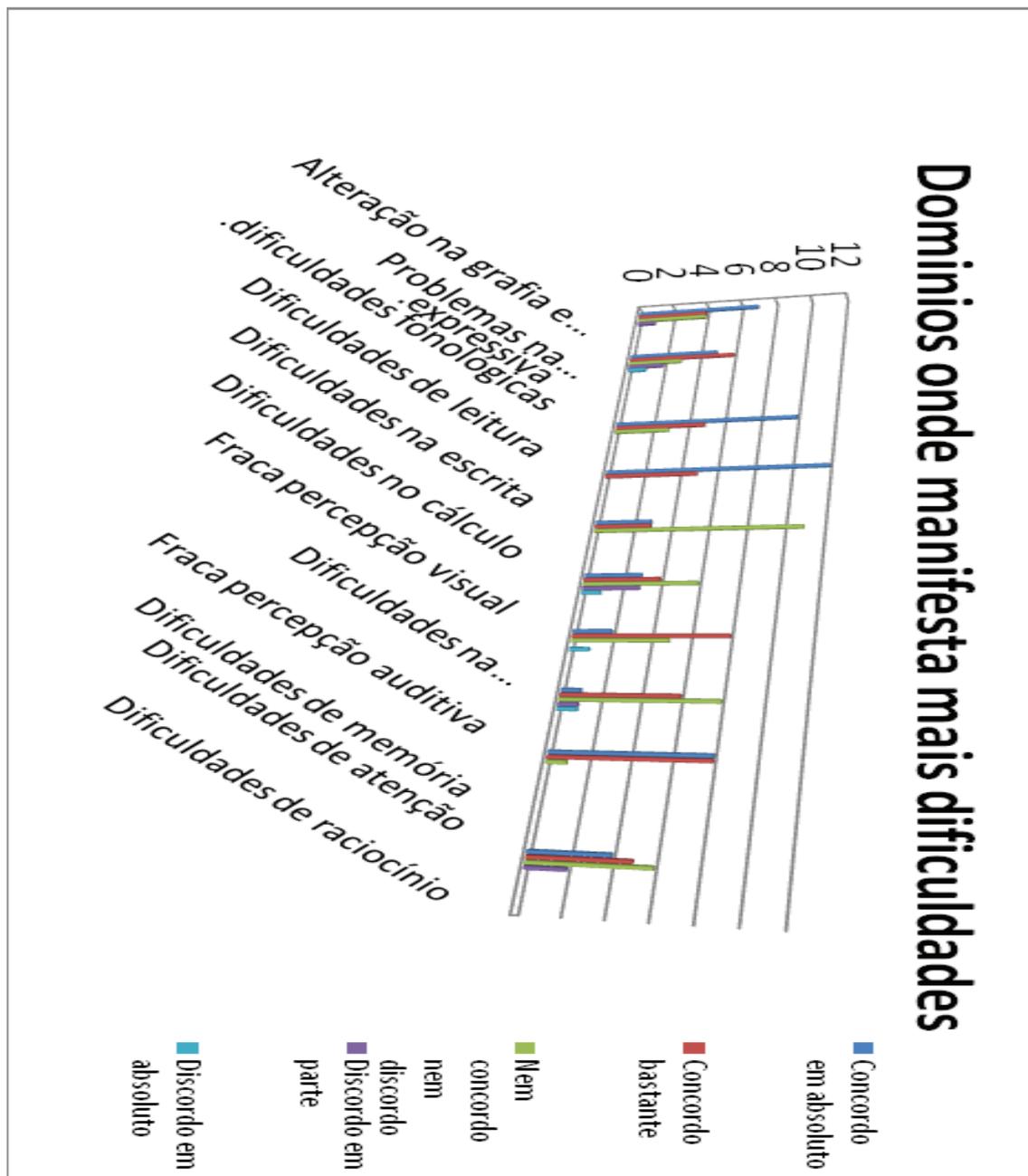


**Pergunta nº2.6** – Na sua opinião quais são os sinais, sintomas ou dificuldades que considera possíveis indicadores de que determinado aluno poderá ser disléxico?

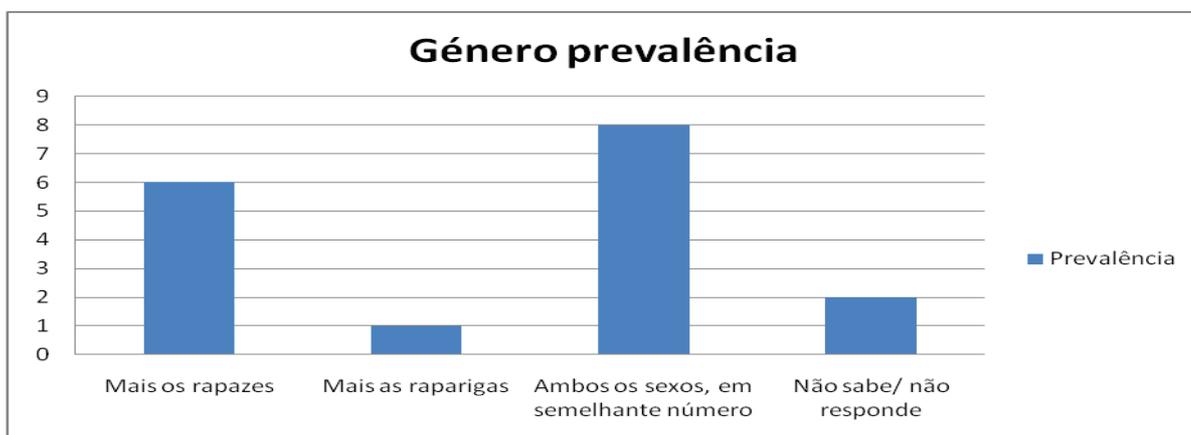
**Respostas dos docentes.** *Sobretudo a troca de letras; Troca de fonemas. Falta sistemática de acentos gráficos e vários tipos de erros que se repetem; Troca de fonemas; Disfuncionalidades ao nível da grafia; Dificuldade na expressão escrita e na leitura; Na leitura avança palavras e linhas e troca de fonemas ao nível da escrita; Confusão de letras, omissão de grafemas/silabas, leitura, linguagem escrita, orientação esquerda/direita, memorização, segmentação de palavras em silabas e fonemas, concentração, etc.; troca de letras; Escreve a mesma palavra de forma diferente numa frase ou texto; escrita e confusão entre palavras; dificuldades na leitura e escrita; Disortografia, discalcolia, dificuldades de concentração, hiperactividade; troca de letras; caligrafia, erros ortográficos e dificuldades na leitura.*

Pelas respostas aqui referidas dá a entender que existe um certo conhecimento sobre a problemática da dislexia. No entanto importa referir que apenas dois ou três professores elencaram estes sinais, pois a maioria não consegue identificar além da vulgar troca de letras e a dificuldade em ler e escrever.

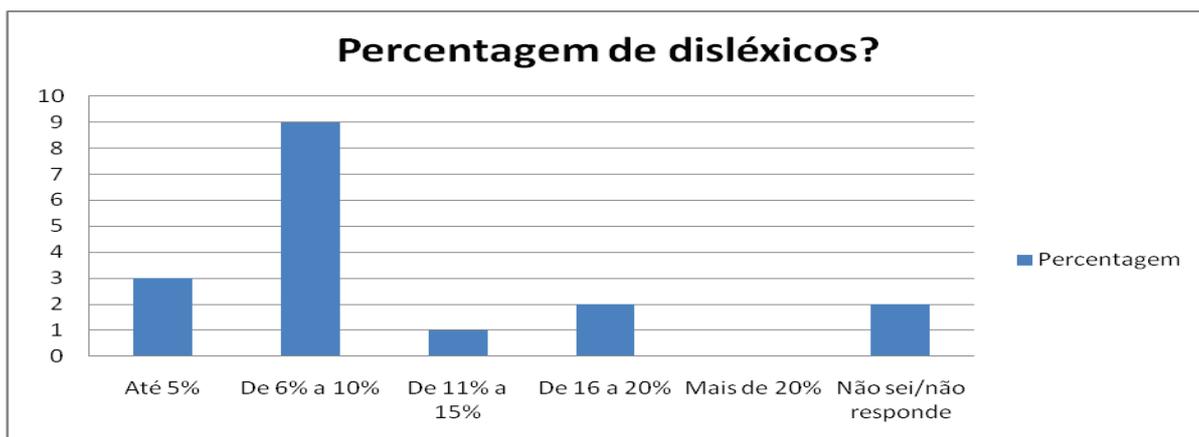
**Pergunta nº2.7** - Na sua perspectiva, em que aspectos ou domínios considera que um aluno com dislexia revela dificuldades?



**Pergunta nº2.8** – Considera que a dislexia afecta:



**Pergunta nº2.9** – Na sua perspectiva que percentagem de alunos será afectada pela dislexia?



**Pergunta nº2.10** – Considera que existe relação entre dislexia e inteligência? (Escolha uma das respostas)



**Pergunta nº2.11** – Considera que a dislexia afecta o sucesso escolar?  
(Escolha uma das respostas)



**Pergunta nº2.12** – Indique actividades ou tarefas que lhe pareçam mais adequadas para intervenção na dislexia.

**Respostas dos professores:** Leitura e audição de textos; Terapia da fala e por exercícios dados por um técnico na área; Levantamento de casos no início do ano lectivo; formação de professores; intervenção directa junto de alunos com dislexia; leitura em voz alta; acompanhamento técnico especializado; apoio individualizado; exercícios de leitura e de ditado; treino sistemático de leitura e escrita; Organização do seu espaço pessoal (quarto, mochila, cadernos); cópias e ditados; Exercícios de sequências; de composição de palavras (ordenar as letras); Preciso de ter mais informação; Como a professora Helena Serra refere: super treino na área da leitura, da repetição, do desenho de simetrias com os elementos especializados que já existem; Ensino personalizado; Acompanhamento personalizado; actividades simples de escrita e cálculo e sua repetição; Ambiente de

trabalho tranquilo, reforço da auto - confiança; acompanhamento individualizado; critérios especiais de avaliação;

Também aqui nos parece que o conhecimento relativo à intervenção é boa face à formação que possuem. Por outro lado as respostas recolhidas são como em questões anteriores, fornecidas por dois ou três docentes. A maioria das questões anteriores estão correctamente respondidas. Apesar da pouca ou nenhuma formação na área muitas das respostas são dadas por intuição e pela lógica do trabalho realizado junto de alunos com esta problemática. Alguns dos docentes confidenciaram-nos aquando da entrega dos inquéritos que muitas das respostas foram dadas por intuição.

**Pergunta nº2.13** – Que adequações no processo ensino/aprendizagem lhe parecem mais adequadas para um aluno com dislexia?

**Respostas dos Professores:** Aulas individuais pelo menos uma vez por semana; não contar os erros e não valorizar tanto a oralidade; Apoio específico; valorizar a compreensão oral e redução do número de questões; processo de avaliação e adequações curriculares; mais tempo para a realização de tarefas; os professores devem ter conhecimento dos sinais, a nível de escrita, de dislexia e aplicá-los, com rigor, nos trabalhos que corrige; deve haver progressão a nível de dificuldade de exercicios e tempo suficiente para a resolução dos exercícos; Elaboração atempado de um relatório para que haja adequação (...); Ensino personalizado (individualizado); Desconheço; Adequação ao nível da escrita e leitura; sobre tudo mais tempo para a realização das tarefas; Ensino personalizado (apoio pessoal); Adequação ao nível da escrita e da leitura; Acompanhamento individual e os professores serem dotados, por parte de um perito em dislexia, de actividades específicas para este tipo de alunos, para que não haja dispersão mas sim objectividade no ensino; Critérios especiais de avaliação e apoio individualizado.

Das respostas recolhidas nesta questão parece que fica claro que os professores não se sentem muito à vontade para propor adequações no processo de ensino-aprendizagem. Preferem que essas decisões sejam tomadas por docentes especializados. Pois a intervenção pedagógica deve ser executada tendo em conta uma avaliação realizada. Positivo é constatar que os docentes referem que a avaliação é fundamental para perspectivar uma intervenção.

**Pergunta nº2.14** – Em casos de suspeita, a que serviços recorre, recorreu ou recorreria?

**Respostas dos professores:** Serviços de Psicologia; a psicóloga da escola, outros técnicos de saúde; Serviços de psicologia da escola; professor do ensino especializado; Docente do ensino especial; Professor do ensino especial; a um psicólogo devidamente credenciado; já enviei alunos para pessoas conceituadas na área para proceder a diagnóstico; Psicóloga; Conselho de turma e director de turma ....; Não sei; Psicólogo; Terapeuta da fala, psiquiatra?; Psicóloga da escola; Dislex; Ao DT; Psicóloga; Em primeiro lugar à direcção da escola e depois provavelmente, internet e se possível, aconselhar-me-ia junto de um médico; SPO e conselho de turma

**Pergunta nº2.15** – Na sua opinião que profissional ou profissionais está ou estão habilitados para fazer diagnóstico preciso da dislexia?

**Respostas dos Professores:** Psicóloga; um técnico da area: psicólogo e terapeutas ... ; médico de família; terapeuta da fala; psicólogo; professores, se tiverem formação na área; os profissionais que tiverem formação nesta area; docentes do ensino especial em parceria com psicólogos; médicos e terapeutas; psicólogos com especialidade na área; professores que

leccionem nesta área ou médicos/psicólogos com esta especialidade; Psicólogo ou professor com formação específica; Psicólogos; Psicólogo; Psicólogo ou médico; um Psicólogo, um psiquiatra, um terapeuta com formação em dislexia; Psicólogo ou médico; Julgo que um profissional de saúde, que pode ser um psicólogo com ajuda de um teste específico; Técnicos especializados

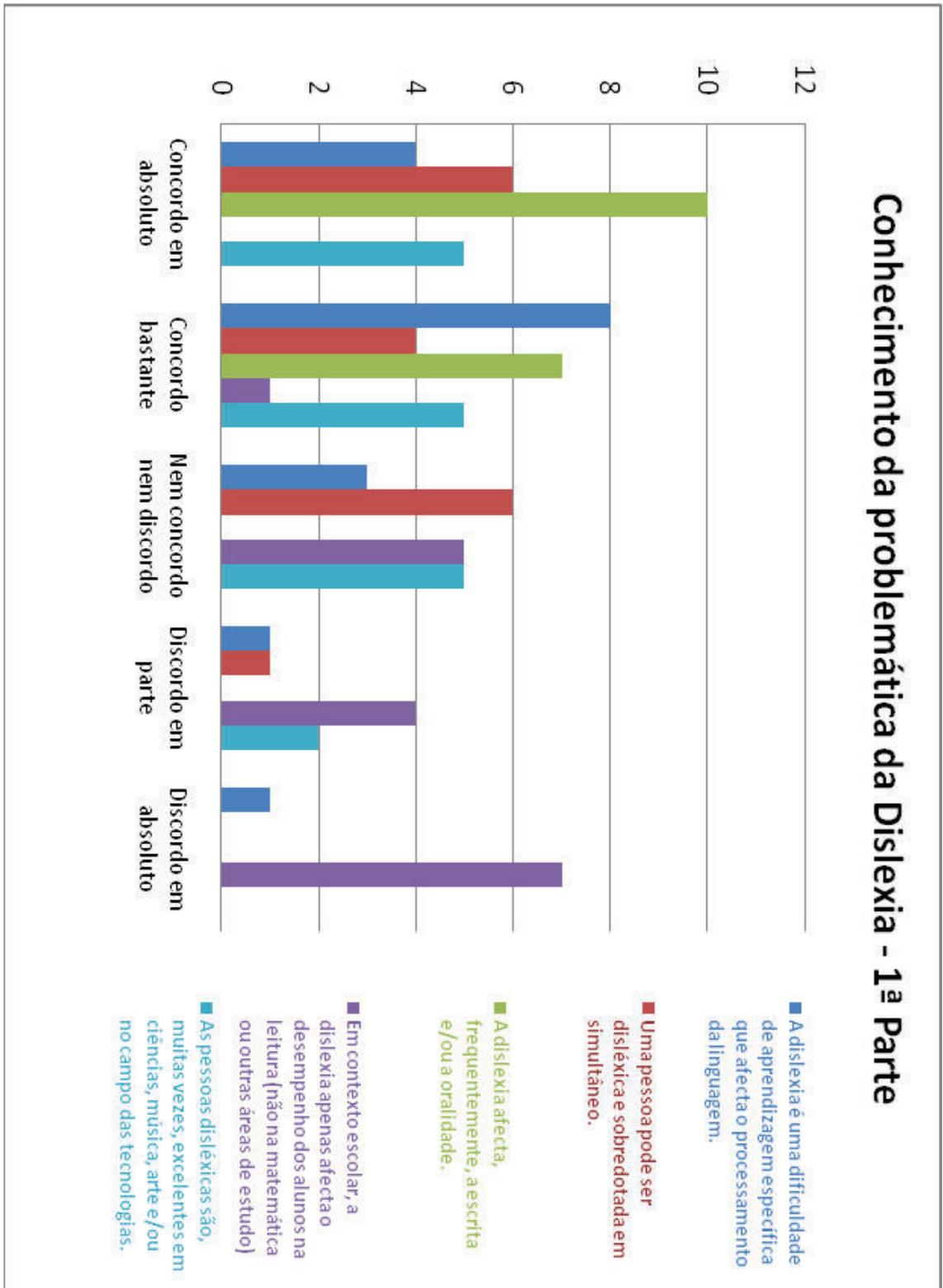
**Pergunta nº2.16** – Na sua opinião que profissional ou profissionais deve ou devem implementar um programa educativo ao aluno com dislexia?

**Respostas dos professores:** Psicólogos, professores com formação especializada; alguém com formação em dislexia; os que tiverem formação sdequada; Docente do ensino especial em parceria com os docentes do conselho de turma ou titular da turma; professor do ensino especial e médico; psicólogo com pleno conhecimento nesta área; certamente que se foi o professor que o detectou deve continuar a seguir o aluno, embora peça um diagnóstico preciso sobre as suas suspeitas. Depois as estratégias entre professor e especialista devem ser complementares; Pais e professores; Todos aqueles que possuírem habilitações (graduações) para tal; Psicólogo, professores do ensino especial; Professor; Só alguém com formação específica na área da dislexia. Não tem necessariamente que ser um professor de português. Aliás, se o professor de português não tiver formação em dislexia e no apoio passar por cópias, ditados mais do mesmo, não só não ajuda como ainda estigmatiza mais; Psicólogo: Psicólogo ou um professor do ensino especial; Psicólogo/ Técnico especializado.

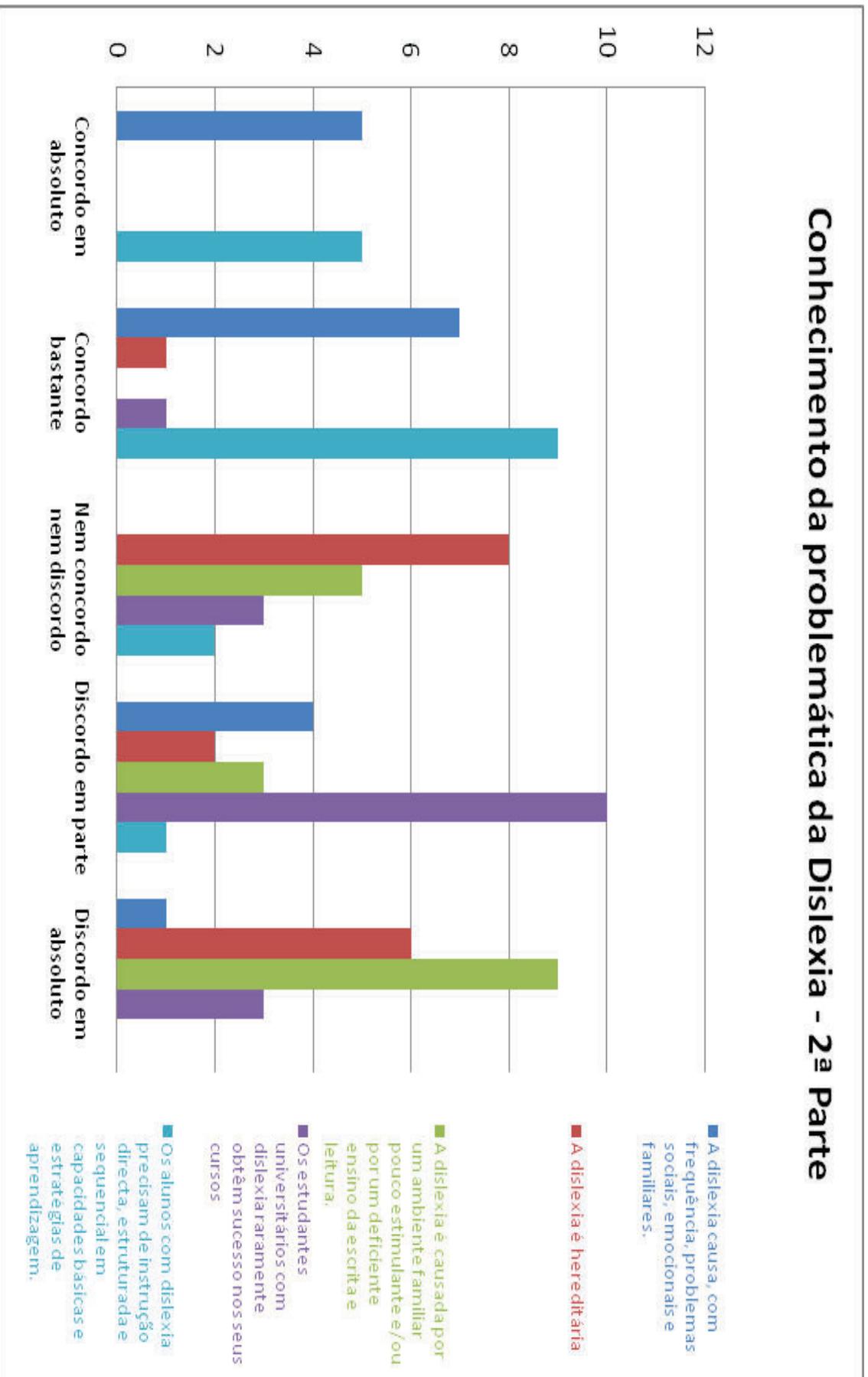
Nas três últimas questões as respostas dos professores apontam para que o diagnóstico/avaliação e intervenção em dislexia deverá ser realizado por profissionais competentes e especializados.

### III Parte do Inquérito

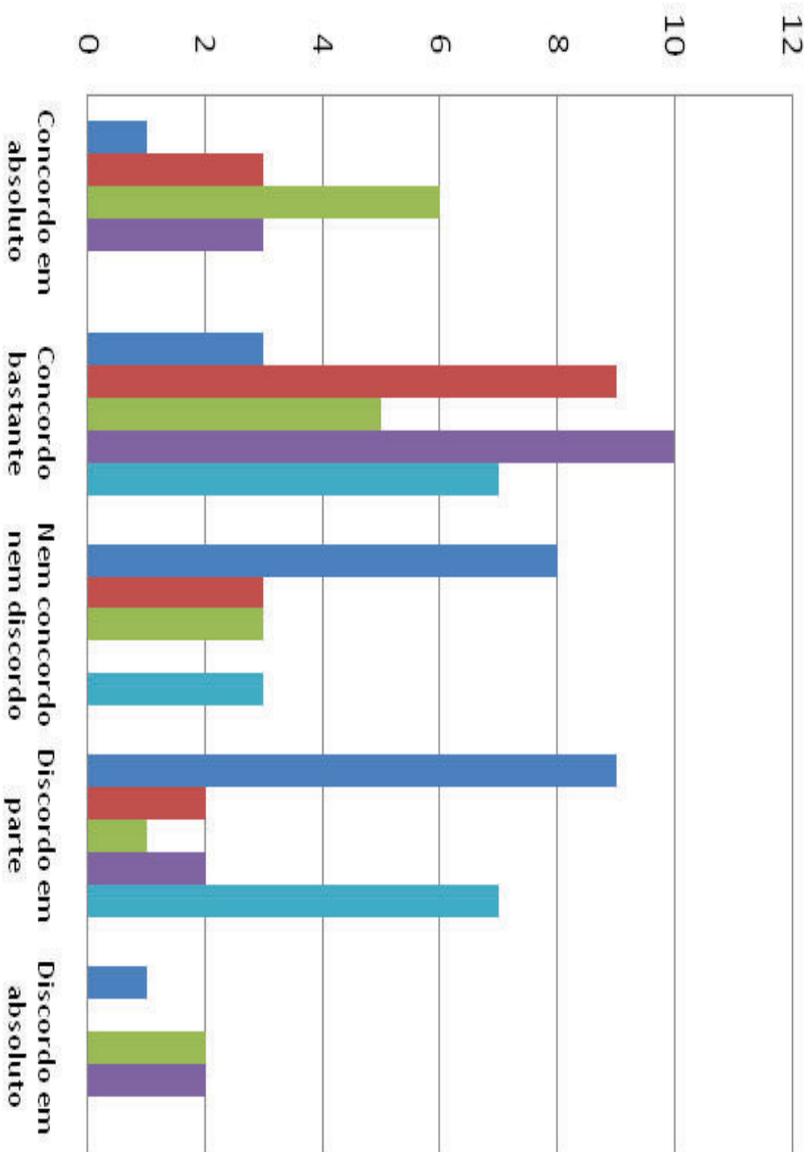
#### 1. Conhecimento da Problemática da Dislexia



## Conhecimento da problemática da Dislexia - 2ª Parte



## Conhecimento da problemática da Dislexia - 3ª Parte



■ O cérebro dos indivíduos com dislexia é estruturalmente diferente do das pessoas não disléxicas.

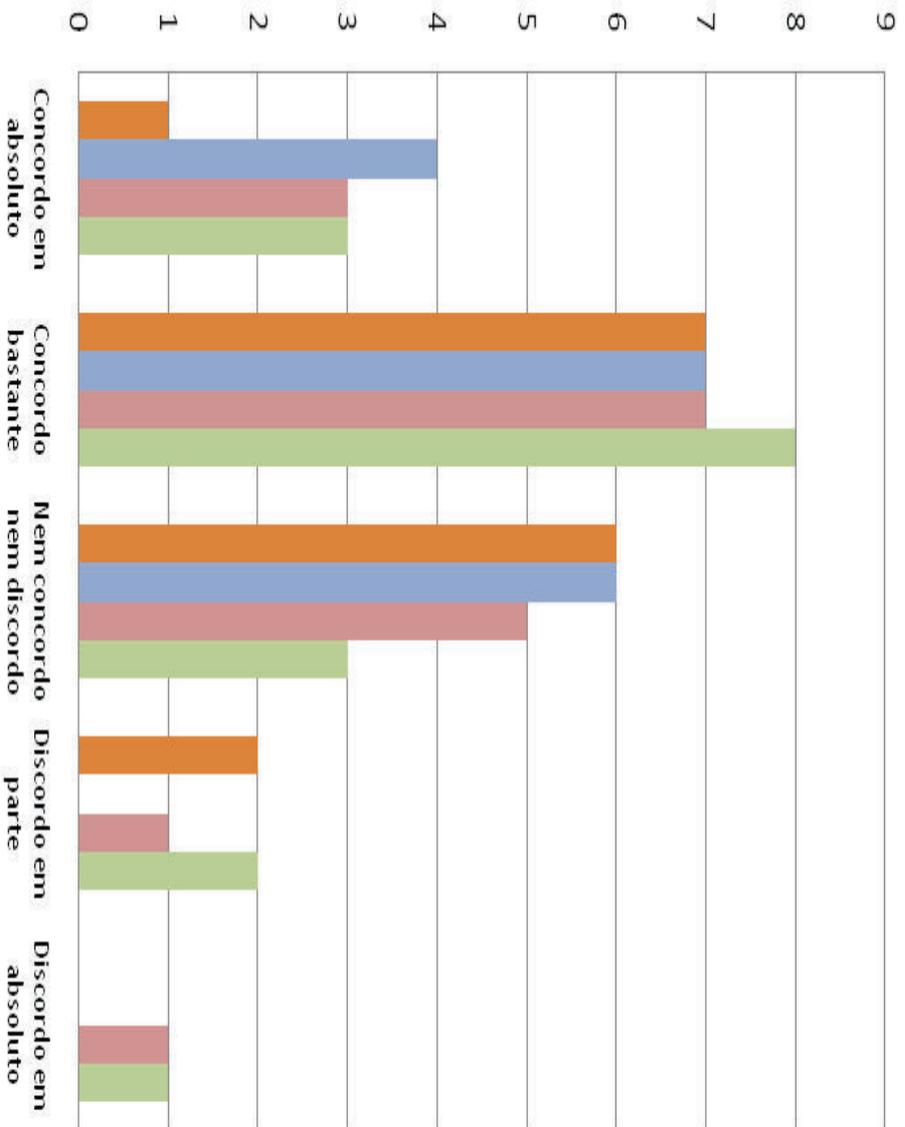
■ Alguns estudantes com uma dislexia ligeira podem não ter problemas escolares, derivados da dislexia, até ao 2º ou 3º ciclos.

■ Os alunos com dislexia apresentam maiores dificuldades na consciência fonológica (isto é, a capacidade para ouvir e manipular os sons da linguagem) do que qualquer outra capacidade.

■ A inversão de palavras/letras em palavras é o critério mais importante na identificação da dislexia.

■ Os indivíduos com dislexia podem pronunciar bem as palavras de um enunciado, mas são incapazes de as compreender.

### Conhecimento da problemática da Dislexia - 4ª Parte



■ A dislexia é uma dificuldade duradoura da aprendizagem da leitura e aquisição do seu mecanismo, em crianças inteligentes, escolarizadas, sem qualquer perturbação sensorial e psíquica já existente

■ A dislexia é uma dificuldade na aprendizagem da leitura e escrita, resultante de défices no estabelecimento da lateralidade e da dominância hemisférica (hemisfério esquerdo, responsável pelos processos da linguagem). Assim, as dificuldades de leitura são

■ A dislexia é uma dificuldade específica de aprendizagem de origem neurológica, caracterizada por dificuldades no reconhecimento de palavras, na soletração e na descodificação. Estas dificuldades resultam de um inesperado défice na componente fonológica

■ A dislexia afecta principalmente o desenvolvimento da literacia e das habilidades linguísticas.

## **5. Apresentação e discussão dos resultados**

Globalmente as respostas dadas pelos docentes nesta terceira parte mostram que o conhecimento global da problemática da dislexia é satisfatória. Há no entanto segundo os quadros apresentados um número considerável de professores que refere nem concordar nem discordar o que pode significar um desconhecimento da opção correcta. Existem no entanto algumas imprecisões como se verifica pelos gráficos. Realçamos no último gráfico a última questão: a dislexia não afecta “principalmente” a literacia e as habilidades linguísticas. Existem disléxicos capazes de adquirirem habilidades linguísticas excelentes. Independentemente dos resultados, e sabemos que os docentes podem ter adquirido um conjunto de conhecimento enciclopédico, o que nos parece que transparece deste terceiro grupo de questões e de todo o inquérito é uma incapacidade ou uma inabilidade para desenvolver uma intervenção pedagógica junto dos alunos com dislexia.

Fomos referindo aquando do tratamento dos dados que muitas das questões tiveram em conta respostas tendo por base a suposição ou intuição face ao contacto que estes docentes foram estabelecendo, ao longo dos anos, com alunos com dislexia ou que manifestavam dificuldades de aprendizagem que apontavam para dislexia. Julgamos que o aspecto mais relevante do inquérito está relacionado com a necessidade de formação que este grupo de docentes julga ser fundamental para um melhor exercício das suas funções.

O inquérito que realizamos, leva-nos a concluir que apesar dos docentes do ensino secundário no caso, do grupo de docentes de Língua Portuguesa, sentirem muitas dificuldades em acompanhar alunos com esta problemática, o que era esperado, mas encontramos também um grupo de docentes com vontade de se valorizar. O conhecimento aqui manifestado não é o expoente do conhecimento científico e académico, mas também o que importa é que este grupo de docentes é o espelho, talvez de centenas de escolas secundárias, que precisam urgentemente de dar um sentido novo

à reorganização dos apoios individualizados e especializados. As escolas secundárias continuam a disponibilizar o apoio educativo e com boa vontade, procuram ajudar uma elevada percentagem de alunos que manifestam graves dificuldades de aprendizagem específicas. O que infelizmente dão é mais do mesmo enquanto não se apostar claramente na formação dos professores.

## **Parte III - PLANO DE INTERVENÇÃO**

Tendo em conta tudo o que fomos enumerando até este momento julgamos que importa fazer alguma coisa por um conjunto de nomes que com esta formação especializada fomos percebendo que carregam com a sua vida escolar numa perspectiva negativista e derrotista. Isto talvez tenha sido o mote que nos leva a propôr que na escola Secundária de D. Dinis se pense e repense a formação docente também nesta perspectiva das necessidades educativas especiais e da Dislexia em particular. Recentemente num congresso organizado pelos centros de formação da área em que está enquadrada a ESDD, um psicólogo afirmou para quem quis ouvir que a Dislexia foi uma invenção que surgiu com a escolaridade obrigatória. Perante tal afirmação julgamos que o palestrante quis espicassar a assistência. Embora não concordemos em absoluto com o que ali foi dito, também nos parece exagerado o vasto número de entendidos na matéria e que vão porliferando pelas escolas. A literatura é importante mas a formação académica e sistematizada com uma componente prática é fundamental.

Queremos propor para a ESDD, face ao que se apurou, formação na área da dislexia para o grupo de docencia de Língua Portuguesa (300). O apoio que estes docentes prestam na área da língua materna confere a estes docentes do ensino secundário uma maior responsabilização no apoio aos alunos com dislexia. Responsabilização uma vez que os alunos com dificuldades de aprendizagem ao nível da Língua Portuguesa recebem apoio destes docentes. No entanto pode acontecer que em qualquer área um ou outro docente possa, por interesse pessoal, frequentar formação especializada na área.

Gostaríamos que a Escola Secundária de D. Dinis em Santo Tirso preprogramasse formação continua na área das dificuldades específicas de aprendizagem para os docentes de Língua Portuguesa com carácter obrigatório e para os restantes grupos de recrutamento com carácter facultativo e limitado a 30 participantes. Deste modo a troca de experiências

resultaria numa melhor aproximação entre formador e formandos. Esta formação decorreria ao longo do primeiro e segundo períodos em secções a calendarizar de acordo com um projecto apresentado pelo formador especializado na área em coordenação com a direcção da escola e com a validação do grupo de ensino especial de um agrupamento vertical vizinho ou Escola Superior competente que se disponibilize. Outra proposta seria estabelecer protocolo entre a Escola Secundária de D. Dinis e a Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, com a supervisão do centro de formação ao qual pertence a escola, de modo a creditar a formação para efeitos de carreira e avaliação docente.

Ao propormos uma intervenção na escola secundária de D. Dinis em Santo Tirso estamos a pensar no sucesso educativo de um conjunto de alunos que não se sente bem na escola mas que ainda pode descobrir que esta ainda tem pontos de interesse. Talvez os Cursos de Educação e Formação não sejam a última e única solução para um vasto conjunto de alunos. Haverá também espaço no ensino regular para muitos alunos que podem redescobrir o interesse pelos estudos. Aproveitando o lema instituído pela Direcção da Escola Secundária de D. Dinis para o projecto *Desenvolver Ambientes de Aprendizagem* fará todo o sentido se também nós lutarmos por um trabalho de grupo que vise a melhoria dos resultados escolares também dos nossos alunos com dislexia e assim poder dizer que "*Nenhum de Nós é Tão Esperto Como Todos Nós*".

## CONCLUSÃO

*“Quando alguma coisa é dominada por alguém, passa a fazer parte dessa pessoa.*

*Torna-se parte do processo de pensamento e do processo criativo do indivíduo. Acrescenta a qualidade da sua essência a todo o pensamento subsequente e à criatividades individuais.”*

*(Davis, 2010)*

O autor do livro o Dom da Dislexia, do qual retiramos esta citação, apresenta um conjunto de dons ou qualidades que os disléxicos desenvolvem, alguns atingindo habilidades, em certos casos superiores aos não disléxicos. Mas não foi o propósito principal do nosso projecto desenvolver este aspecto também ele importante. Foi nosso objectivo tentar perceber se estamos verdadeiramente a ajudar os alunos com dislexia nas nossas escolas ou se ao invés, ao abrigo da legislação, sacudimos responsabilidades e continuamos a fechar os olhos a muitas situações de injustiça que o sistema vai criando e nós vamos fomentando. Parece-nos que a dislexia continua a ser vista como uma “doença” que os pais não gostam de a (re)conhecer, sobretudo nos seus próprios filhos. A exclusão, que se pretende abolida do nosso sistema educativo, com a aplicação do decreto-lei 3/2008 de 7 de Janeiro, é possivelmente, por esse mesmo diploma legal, que se exclui os alunos com dislexia do apoio necessário. Alguns pais e encarregados de educação continuam a rejeitar que o seu filho, com problemas de dislexia, seja considerado um aluno com necessidades educativas especiais ou como vulgarmente ainda se ouve “aluno do currículo alternativo” e com toda a lógica que se percebe.

Compete também, face ao que se apurou, fomentar uma cultura do conhecimento. A formação académica dos nossos educadores, foi, é e continuará a ser o alimento que fomentará a cultura da verdadeira inclusão. Independentemente da legislação ou das conveniências da carreira docente, deveria ser um imperativo moral, a formação que realmente interessa. E se alguns estudos apontam para uma percentagem de 12 a 15% de alunos com

dislexia nas nossas escolas, julgamos que já se justificava que uma percentagem elevada de professores adquirisse formação nesta área específica. Deste modo asseguraríamos uma intervenção precoce mais eficaz.

## BIBLIOGRAFIA

- VALE, Ana Paula. (2011). *Estudo Dislexia*. Vila Real. UTAD
- BASTIN, G. (1976). *A Hecatombe Escolar*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CORREIA, L. d. (2008). *Dificuldade de Aprendizagem específica*. Porto: Porto Editora.
- CORREIA, L. d. (2008). *Dificuldades de Aprendizagem específicas*. Porto: Porto Editora.
- CORREIA, L. M. (2003). *Inclusão e necessidades educativas especiais*. Porto Editora.
- DAVIS, R. (2010). *O dom da dislexia*. Alfragide: Lua de Papel.
- FONSECA, V. d. (1999). *Insucesso escolar (2ª Edição ed.)*. Lisboa: Âncora Editora.
- Livingston, R. F. (2003). *Como apoiar um filho disléxico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- KIRK, S. & Gallagher J. (1999) *A Educação da Criança Excepcional (4ª Edição)* Martins Fontes.
- SELIKOWITZ, M. (2010). *Dislexia*. Texto Editora.
- SHAYWITZ, S. (2008). *Vencer a Dislexia*. Porto: Porto Editora.
- SILVA, A. M. (sd). *A participação estudantil na universidade*. Santiago de Compostela: USC.

TORRES, R., & PilarFérrnandes. (2002). *Dislexia, disortografia e disgrafia*. Lisboa: McGraw-Hill.

VÁRIOS. (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dinalivro.

VICENTE, M. J., & Outros. (2005). *Trantornos del language y la memoria*. Barcelona: Editorial UOC.

### **Documentos da Instituição**

Escola Secundária D. Dinis. (2009). *Projecto Educativo*. Santo Tirso: ESDD.

### **Revistas**

FONSECA, V. d., & Santos, F. (1995). Investigação. In Vários, *Revista de Educação Especial e Reabilitação* (pp. 7-36). Lisboa: Editorial Notícias.

# **ANEXOS**

## INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Com este questionário pretende-se recolher informações acerca do conhecimento teórico das Dificuldades de Aprendizagem Específicas - área da Dislexia - por parte dos docentes de Língua Portuguesa desta escola. Este instrumento metodológico enquadra-se numa investigação no âmbito da Pós Graduação de Educação Especial, da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, a fim de viabilizar um estudo nesta área.

Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para efeito de interpretação das outras respostas.

Por favor, responda com sinceridade pois não há respostas correctas ou incorrectas. A

sua opinião é muito importante. Obrigado pela colaboração.

Preencha, sempre que possível, com um X

### Parte I

#### 1 – Idade

Menos de 30 anos	De 30 a 40	De 41 a 50	Mais de 50 anos

#### 2 – Género

Masculino	Feminino

3 – Tempo de serviço em 31/08/2010

Até 10 anos	De 11 a 15	De 16 a 25	Mais de 25 anos

4 – Situação profissional

Professor Contratado	Professor do quadro de escola	Professor do quadro de outra escola	Outra

5 – Habilitação académica

Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Outra

7 - Frequência actual de algum curso

Doutoramento	Mestrado	Pós graduação	Não Frequento

7. 1 – Se frequenta qual a área de especialização?

---

---

8 – Há quantos anos consecutivos lecciona nesta escola? (inclua o actual)

---

---

9 – Por favor indique os cargos/funções que desempenhou **nesta escola** nos últimos 3 anos lectivos (2008/2009; 2009/10 e 2010/11).

Director de turma	Professor de APA	Outra

## Parte II

2.1 – No presente ano lectivo, ou em anos anteriores, lecciona (já leccionou) alunos com dislexia? (Escolha uma das seguintes respostas)

	Não, nunca.
	Sim, mas em anos anteriores.
	Sim, mas apenas este ano lectivo
	Sim, neste ano lectivo e em anos anteriores

2.2 – No decurso da sua formação académica (inicial ou pós-graduação), teve formação específica sobre dislexia? (Escolha uma das seguintes respostas)

	Sim
	Não

2.3 – No decurso da sua carreira, frequentou acções de formação na área da dislexia? (Escolha uma das seguintes respostas)

	Sim
	Não

2.4 – Como classificaria o seu grau de conhecimento científico relativamente à dislexia? (Escolha uma das seguintes respostas)

	Insuficiente
	Suficiente
	Bom
	Muito bom

2.5 – Como classificaria o seu nível de competências pedagógicas para trabalhar com alunos com dislexia? (Escolha uma das seguintes respostas)

	Insuficiente
	Suficiente
	Bom
	Muito bom

2.6 – Na sua opinião quais são os sinais, sintomas ou dificuldades que considera possíveis indicadores de que determinado aluno poderá ser disléxico?

---

2.7 – Na sua perspectiva, em que aspectos ou domínios considera que um aluno com dislexia revela dificuldades? (Assinale em cada item; pode assinalar vários)

	Concordo em absoluto	Concordo bastante	Nem concordo nem discordo	Discordo em parte	Discordo em absoluto
Alteração na grafia e motricidade					
Problemas na linguagem oral (fala) .compreensiva .expressiva .dificuldades fonológicas					
Dificuldades de leitura					
Dificuldades na escrita					
Dificuldades no cálculo					
Fraca percepção visual					

	Concordo em absoluto	Concordo bastante	Nem concordo nem discordo	Discordo em parte	Discordo em absoluto
Dificuldades na organização espaço-temporal					
Fraca percepção auditiva					
Dificuldades de memória Dificuldades de atenção					
Dificuldades de raciocínio					

Outras, quais?

---



---

2.8 – Considera que a dislexia afecta:

(Escolha uma das respostas)

<input type="checkbox"/>	Mais os rapazes
<input type="checkbox"/>	Mais as raparigas
<input type="checkbox"/>	Ambos os sexos, em semelhante número

2.9 – Na sua perspectiva que percentagem de alunos será afectada pela dislexia? (Escolha uma das respostas)

	Até 5%
	De 6% a 10%
	De 11% a 15%
	De 16 a 20%
	Mais de 20%
	Não sei/não responde

2.10 – Considera que existe relação entre dislexia e inteligência? (Escolha uma das respostas)

	Sim
	Não
	Não sei/não responde

2.11 – Considera que a dislexia afecta o sucesso escolar? (Escolha uma das respostas)

	Sim
	Não
	Não sei/não responde

2.12 – Indique actividades ou tarefas que lhe pareçam mais adequadas para intervenção na dislexia.

2.13 – Que adequações no processo ensino/aprendizagem lhe parecem mais adequadas para um aluno com dislexia?

---

---

2.14 – Em casos de suspeita, a que serviços recorre, recorreu ou recorreria?

---

---

2.15 – Na sua opinião que profissional ou profissionais está ou estão habilitados para fazer diagnóstico preciso da dislexia?

---

---

2.16 - – Na sua opinião que profissional ou profissionais deve ou devem implementar um programa educativo ao aluno com dislexia?

---

---

### III Parte

Assinale a opção que melhor traduz a sua concepção acerca das seguintes proposições.

	Concor do em absolut o	Concor do bastan te	Nem conc ordo nem disco rdo	Disco rdo em parte	Disco rdo em absol uto
--	---------------------------------	------------------------------	--	-----------------------------	------------------------------------

A dislexia é uma dificuldade de aprendizagem específica que afecta o processamento da linguagem.					
Uma pessoa pode ser disléxica e sobredotada em simultâneo.					
A dislexia afecta, frequentemente, a escrita e/ou a oralidade.					
Em contexto escolar, a dislexia apenas afecta o desempenho dos alunos na leitura (não na matemática ou outras áreas de estudo)					
As pessoas disléxicas são, muitas vezes, excelentes em ciências, música, arte e/ou no campo das tecnologias.					
A dislexia causa, com frequência, problemas sociais, emocionais e familiares.					
A dislexia é hereditária					
A dislexia é causada por um ambiente familiar pouco estimulante e/ou por um deficiente ensino da escrita e leitura.					
	Concor do em absolut o	Concor do bastan te	Nem conc ordo nem disco rdo	Disco rdo em parte	Disco rdo em absol uto

Os estudantes universitários com dislexia raramente obtêm sucesso nos seus cursos					
Os alunos com dislexia precisam de instrução directa, estruturada e sequencial em capacidades básicas e estratégias de aprendizagem.					
O cérebro dos indivíduos com dislexia é estruturalmente diferente do das pessoas não disléxicas.					
Alguns estudantes com uma dislexia ligeira podem não ter problemas escolares, derivados da dislexia, até ao 2º ou 3º ciclos.					
Os alunos com dislexia apresentam maiores défices na consciência fonológica (isto é, a capacidade para ouvir e manipular os sons da linguagem) do que qualquer outra capacidade.					
A inversão de palavras/letras em palavras é o critério mais importante na identificação da dislexia.					
Os indivíduos com dislexia podem pronunciar bem as palavras de um enunciado, mas são incapazes de as compreender.					
A dislexia é uma dificuldade duradoura da aprendizagem da					

<p>leitura e aquisição do seu mecanismo, em crianças inteligentes, escolarizadas, sem qualquer perturbação sensorial e psíquica já existente</p>					
<p>A dislexia é uma dificuldade na aprendizagem da leitura e escrita, resultante de défices no estabelecimento da lateralidade e da dominância hemisférica (hemisfério esquerdo, responsável pelos processos da linguagem). Assim, as dificuldades de leitura são de natureza visuo-perceptiva.</p>					
<p>A dislexia é uma dificuldade específica de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldades no reconhecimento de palavras, na soletração e descodificação. Estas dificuldades resultam de um inesperado défice no componente fonológico da linguagem.</p>					
<p>A dislexia afecta principalmente o desenvolvimento da literacia e das habilidades linguísticas.</p>					

Obrigado pela colaboração.

Anexo 2: Carta de Encarregada de Educação recusando possível Programa Educativo Individual.

Eu, [REDACTED], Encarregada  
do Educação da aluna [REDACTED],  
[REDACTED], da turma 7.º, declaro  
não pretender que a minha educanda  
beneficie de um Programa Educativo In-  
dividual, em virtude do seu problema  
de dislexia.

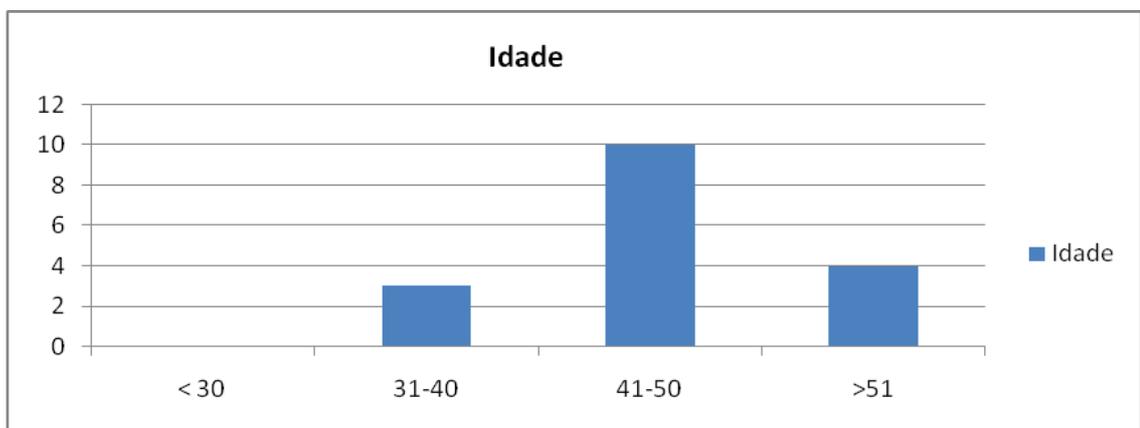
Solicito que a Escola aplique as  
estratégias mais adequadas, no sentido  
de ajudar a esmatar as dificuldades  
diagnósticas.

[REDACTED], 27 de Janeiro de 2011

A Encarregada de Educação  
[REDACTED]

Anexo 3: Outros gráficos não apresentados no corpo do trabalho

1. Idade



2. Género

